



GUIA DE ESTUDOS

Liga dos Estados Árabes



“Rather than the manufactured clash of civilizations, we need to concentrate on the slow working together of cultures that overlap, borrow from each other, and live together in far more interesting ways than any abridged or inauthentic mode of understanding can allow”

- Edward Said

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Marhaban, estimados delegados e delegadas! Sejam bem-vindos ao desafiador e instigante mundo árabe!

Com uma alegria imensurável, nós, diretores da Liga Árabe, apresentamos o Guia de Estudos que irá nortear os estudos dos senhores durante a XVIII Simulação de Organizações Internacionais. Esta produção é fruto de uma trajetória árdua e intensa de pesquisas, correções, revisões e aprendizados.

Desejamos que se encantem com as maravilhas das arábias, mas, principalmente, consigam mergulhar em um novo olhar sobre os conflitos que lá acontecem, desenvolvendo uma visão crítica sobre o processo político no Oriente Médio e seus impactos na segurança regional.

Desejamos também que vocês se apaixonem por simular essa temática tanto quanto nos apaixonamos estudando e pesquisando sobre ela.

Att.,
Diretoria da LEA

Daremos início agora à apresentação das nossas magníficas diretoras e diretores!

A dona das normas da ABNT e das simulações, a ilustríssima Jenifer...opa, quis dizer **Jéssica Macêdo Filgueira de Freitas** é estudante do oitavo período e é uma das diretoras que fez esse comitê acontecer. Integrante/participante de todas as simulações possíveis e imagináveis da galáxia, quando ela tem uma folga, trata de ir conhecer um novo barzinho que toque pagode e tenha cerveja barata. Dizem que ela tem uma lista com todos os barzinhos que já visitou e os que ainda vai visitar, além de ser inegável o fato de que ela passa mais tempo neles do que na própria universidade e no estágio. Depois de procurar muitos alvos para uma nova empreitada amorosa, ela finalmente conseguiu conquistar o coração da sua amada @crush. Dizem que após esse fato inédito, o número de mensagens em seu celular caiu mais do que a metade, algo jamais visto na história brasileira. Se você não sabe como proceder, pode pedir sua ajuda, que ela ficará mais do que feliz em desencalhar mais uma pessoa. Falando nisso, ela adora tirar dúvidas do mundo jurídico, principalmente as que envolvem o mundo penal, sua matéria favorita hehehehe. Moradora do país de New Parnamoscow, ela não mede esforços e sempre é muito solícita em comparecer aos rolezinhos e não fura nem desmarca nenhum. Estejam avisados e avisadas, chamem no probleminha, mas principalmente, chamem na cervejinha. Apesar de parecer sempre muito ocupada, ela sempre será prestativa e dedicada e vai criar um tempo para tirar as dúvidas dos delegadinhos e das delegadinhas (ela nem dorme mesmo). Por isso, sortudo ou sortuda, tenha a certeza de que estará sempre bem auxiliado e quando menos esperar, já terá um amor platônico por ela. Por fim, mas não menos importante, não esqueçam de levar lenços, principalmente no último dia, pois com certeza ela fará um discurso de tocar nossos corações.

Apesar de todos no comitê terem seu grau de fofura, a verdade é que **Marina Olívia** concentra em seus 1,60m de altura uma quantidade que supera a somatória de todo o comitê. Sempre prestativa e de prontidão, Marina é sinônimo de excelência e perfeccionismo em tudo o que faz e isso com certeza será percebido pelos delegados que forem orientados por ela. Marina pulou de cabeça na Liga dos Estados Árabes, e não somente, também abriu as portas da sua casa para o comitê. Isso é tão verdade que até o nome de sua cadelinha de estimação é Leah, e podemos chamar seu apartamento de Cairo, já que é sede oficial de todas as reuniões da LEA. Não se engane, Marina Olívia não é só fofura. Se você se prontificar a descer várias camadas da *deep web* para essa pesquisa, talvez encontre no passado dela alguma condenação por algum crime, porque só isso

justificaria o fato dela só ser vista no perímetro da UFRN e de casa, jamais em outros ambientes. À noite? Nem se iluda. Provavelmente ela responderá suas mensagens ou seus e-mails, mas contar com sua presença física pode ser ingenuidade. Marina é a ostra do comitê: em toda reunião descobrimos uma pérola nova. Usuária assídua (e única) do Internet Explorer, Marina é uma pessoa ímpar. Como esperança é a última que morre, dentre os objetivos do comitê dentro da XVIII edição da SOI, um deles é o de vermos Marina Olívia na SOIset ou Rooftop degustando um bom diredrink.

Bem amigos, falaremos agora de **Nathalia Santos Tinoco da Costa**. Originada do Califado de Assú, nossa #DireGata tem 20 aninhos de pura beleza, feição e muito abuso. Conhecidíssima nas reuniões da LEA pelos espirros surpreendentes e pela **sinusite incontrolável**, Nathália precisa ser afastada de todo e qualquer tipo de poeira ou algo do tipo, para não vir aquele **ATCHIM! maluco**. Contadora de histórias que é uma beleza, a **#DireMileUmaNoites** foi intitulada por seus veteranos como a **Caloura Monólogo**, porque pasmem! Passava horas e horas falando sozinha, contando causos de sua vida sem parar. Fã de realities shows de culinária, Nathália, faça chuva, faça sol sempre estará assistindo algum episódio de MasterChef, aprendendo a como fazer alguns daqueles pratos malucos e aperfeiçoando seus atributos invejáveis na cozinha. Amante dos animais, nossa querida diretora trata seu cachorro como se fosse seu filho, tratando-o com todo amor e carinho que ele merece. Comprometidíssima, Nathalia (**infelizmente!**) está namorando. Contudo, nossa diretora sempre estará junto com o seu prínceso dando todas as juras de amor e fofura. Dona de um jeito prático, a diva de Assú não tem muita frescura e não gosta muito de conversinha: gosta sempre de simplificar seus trabalhos e deixá-los da forma clara e certa (e claro, do jeito dela). Na LEA, Nathália não hesitará em ajudar os seus queridos delegadinhos, tratando-os com seu jeito sincero de ser, contando sempre suas belas histórias e encantando o mundo árabe com sua inteligência e praticidade.

Renan Pessoa, estou pra conhecer alguém que o sobrenome combine mais do que este indivíduo, pois senhores ele é literalmente A pessoa mexxmo que todos precisam um dia conhecer. Com sua personalidade única e seu jeito meio atrapalhando (na maioria das vezes) consegue ser aquele conselheiro mais sincero nos momentos que você mais precisa, e às vezes mesmo você não precisando, ele continua a falar mesmo assim (eu tenho a prova de inúmeras notificações no meu celular), porém, cada palavra é dita com carinho e sinceridade. Apaixonado por simulações, Renan (conhecidos por alguns membros como a Mulher Pepita perdida em Natown), se precisar explicar um assunto pra você, pode ter certeza que ele vai ler muito sobre, e vai levar os livros até você, não se

preocupe, ele vai fazer isso mesmo, tudo em prol de um trabalho bem feito. Apesar dessa doçura em pessoa, não se enganem porque quando ele falar “amores” se sente que lá vem algo pra você fazer. Não podemos esquecer que o nosso diretor tem um espírito da Dora Aventureira, isso mesmo meus amigos, em todo lugar que ele vai, precisa levar os seguintes itens: primeiro, carregador do seu celular, pois será a primeira coisa que ele vai fazer será carregar o telefone. Segundo, o seu notebook e terceiro, o caderno, caso o notebook descarregue ele terá um lugar para anotar. PS: muitos julgam esse jovem por escrever além o permitido e aqui estou eu fazendo a mesma coisa, será uma influência? Será um shade? Fica o questionamento, de toda forma não se enganem, ele fará sua marca nessa simulação com todos que tiverem a chance de conhecê-lo melhor.

Nosso galante diretor **Rick Oliveira** (sim, Rick mesmo, não é Henrique), podendo também ser chamado de Rickinho Rick, é a pessoa do comitê mais engomadinha e ligada nas tendências da moda. Estudante do 7º período de Direito, Rick foi o responsável pelas artes das camisas da turma 2015.1 e da SOI em 2016. Não tenham dúvidas que ele já está montando os looks da SOI para garantir seu prêmio de DireFashion e DireGato. Dono de um charme singular, em razão do seu sinal perto da boca, e do sorriso mais brilhante da cidade, já tinha sua marca registrada na SOI antes mesmo de se tornar membro. Boatos que na SoiSet de 2017 quebrou corações do CII e do secretariado, ao conquistar 500 pontos com um ex-SG do projeto. Mas não se preocupem, meninos, Rick se encontra casadíssimo e não irá magoar os sentimentos de ninguém. Por falar em festa, Rick não sabe cuidar de bêbado, inclusive rendendo um belo de um vômito nos tênis de Jéssica. Além disso, cultura pop é com ele mesmo. Selenator assumido, muito embora tenha achado que ela abandonou o pop, peca apenas por ser fã da mercenária Taylor Swift espero não receber um boleto de cobrança na minha casa. Um ponto muito forte da sua personalidade é que não pode ver comida. Conhecido como "pidão", Rick vive morrendo de fome e mendigando os lanches alheios. Absurdamente, nosso engomadinho prefere MC Donald's a hambúrguer gourmet, mas na verdade mesmo não resiste a um Zico Lanches. Seus olhos brilham só de ver o cardápio, porque com 10 reais você come batata, hambúrguer e milk shake. Felizmente no coffee break da SOI não falta comida, porque era capaz de Rick chegar pedindo uma mordida do seu salgado. Por trás das suas impecáveis artes para o comitê, reside um segredo: boatos que são feitas no programa mais profissional de todos vulgo PowerPoint. No fim das contas, Rick é um diretor super

prestativo e proativo, dono do linguajar mais juridiques do comitê, e prestará a melhor tutoria possível a vocês durante a simulação.

O próximo participante do comitê é icônico e, para começar, é imprescindível que vocês saibam de uma coisa: nas quartas-feiras ele usa rosa! Vindo diretamente de *mean girls*, **Rodrigo Mendonça** é a reencarnação viva de Regina George e até tenta se passar de santo, mas todos sabem que ele vai detonar o seu look com um humor irônico bem na sua cara – ou assim que você virar as costas. Geminiano, vingativo, rancoroso, difícil de lidar... é melhor tê-lo como amigo nessa caminhada! Apesar dos seus defeitos, Rodrigo é um amante declarado do Maravilhoso Mundo da Disney e a minha teoria é de que, por trás dessa carcaça dura e malvada, nosso diretor encantado chega em casa após uma briguinha e chora litros ao som de *my heart will go on* (nada melhor do que uma diva para tocar o coração de outra diva, né mores?!). Bom amigo e ouvinte, Rodrigo é daqueles que defendem com unhas e dentes os seus protegidos e, de vez em quando, ele faz a caridade de conviver com os seus fãs – denominação usada por ele para todas as pessoas que o cercam. Assim, dividido entre os lados anjo e demônio, Rodrigo vive em constante dúvida sobre qual deles ele vai seguir dia após dia, o que nos resta é cruzar os dedos e esperar que seus dias bons superem os maus. Dito isto, sejam bem-vindos ao grupo caseiro de oração por essa alma ~bastante~ pecadora.

LISTA DE ABREVIATURAS

AQPA - Al-Qaeda da Península Arábica

CCG- Conselho para a Cooperação do Golfo

CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FIFA- Federação Internacional de Futebol

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IGC - Iraqi Governing Council

LEA - Liga dos Estados Árabes

OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ONU- Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

UE - União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Carta de Apresentação.....	03
Lista de Abreviaturas.....	08
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2. GLOSSÁRIO.....	11
3. A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES.....	14
3.1 Contexto Histórico.....	15
3.2 Divisão Institucional.....	17
3.3 A Normatização Interna da LEA.....	20
3.3.1 <i>A Carta da Liga dos Estados Árabes.....</i>	<i>20</i>
3.3.2 <i>A Carta Árabe de Direitos Humanos.....</i>	<i>22</i>
3.3.3 <i>A Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo.....</i>	<i>24</i>
3.3.4 <i>Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica.....</i>	<i>25</i>
4. A QUESTÃO DA SEGURANÇA NO ORIENTE MÉDIO – AS TENSÕES NO CONTEXTO POLÍTICO MUÇULMANO.....	29
4.1 Contexto Histórico.....	29
4.1.1 <i>A Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Otomano.....</i>	<i>29</i>
4.1.2 <i>A colonização europeia e o período entreguerras.....</i>	<i>30</i>
4.1.3 <i>Criação do Estado de Israel e a questão palestina.....</i>	<i>32</i>
4.1.4 <i>Guerra Fria e a proxy war.....</i>	<i>33</i>
4.1.5 <i>Multipolarização do mundo e a Primavera Árabe.....</i>	<i>34</i>
4.2 Principais Conflitos Atuais.....	35
4.2.1 <i>Arábia Saudita e Irã.....</i>	<i>36</i>
4.2.2 <i>A Guerra Civil no Iêmen.....</i>	<i>39</i>
4.2.3 <i>A Guerra Civil na Síria.....</i>	<i>42</i>
4.2.4 <i>O Conflito Catar-CCG.....</i>	<i>45</i>
4.2.5 <i>A Crise Política no Líbano.....</i>	<i>50</i>
4.2.6 <i>A Guerra no Iraque.....</i>	<i>53</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6. REFERÊNCIAS.....	60

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação da Liga dos Estados Árabes (LEA) possui como pano de fundo a retomada do ideal de um grande Estado Árabe, impulsionado pelos movimentos pan-arabistas e nacionalistas. Nesse ínterim, há duas perspectivas a serem analisadas: a tentativa histórica de integração regional dentro do bloco e, por outro lado, os simultâneos conflitos de cunho político, econômico, religioso, social e militar na Península Arábica (FERABOLLI, 2007).

Os dois fatores por vezes subsistem, por vezes se anulam mutuamente. Ao passo que há consideráveis avanços alcançados no âmbito da LEA, como a celebração do Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950), que denota o sentimento de reconhecimento enquanto um povo com semelhanças e interesses em comum, há diversos conflitos que obstam a efetivação dessas pequenas conquistas (FERABOLLI, 2007).

A questão da segurança no Oriente Médio, aqui compreendido na sua acepção cultural, é em muito abalada pelas agendas individuais de segurança de cada nação. *Pari passu*, há de se considerar que após o 11 de setembro a agenda regional convergiu para uma preocupação comum de segurança: o combate ao terrorismo (RODRIGUES, 2014). Com a politização do islã, em contraste ao fenômeno da secularização, diversos grupos de cunho fundamentalista se fortaleceram nos países árabes, gerando considerável instabilidade política e social (DEMANT, 2015). A preocupação dos governos com a garantia da segurança à sua população é o que torna o debate acerca da segurança e da criação de uma estrutura efetiva de combate tão primordial no âmbito da Liga Árabe.

Por meio da contextualização e da explanação dos principais conflitos que acontecem no palco árabe, pretende-se conferir aos delegados um norte para seus estudos e discursos ao longo da simulação. E é nesse sentido que a Liga dos Estados Árabes traz para a XVIII SOI uma experiência desafiadora de discutir as questões atinentes a essa região pela própria ótica dos seus países-membros, desnudando o orientalismo¹ que recheia as nossas análises sobre as problemáticas desse povo.

¹ Said (1997) coloca o Oriente como uma construção cultural da civilização europeia ocidental. A partir da experiência da colonização, se consolidou o imaginário do Oriente como sendo o “outro”, um local especial que concentraria as maiores riquezas, as maiores especiarias, etc.

2. GLOSSÁRIO

Alcorão ou Corão: apesar de existirem divergências na interpretação dos seus preceitos, o Alcorão é o livro sagrado adotado por todas as vertentes do Islã. Reunindo as revelações divinas dadas a Maomé, sua versão definitiva foi criada 30 anos após a morte do profeta (DEMANT, 2015, p. 26).

Árabe: o termo árabe deve ser empregado para se referir ao grupo étnico que habita, principalmente, o Oriente Médio e o Norte da África. Não raro, os termos “árabe”, “muçulmano” e “islâmico” são utilizados como sinônimos. Contudo, enquanto árabe se refere à etnia, muçulmano está relacionado ao fenômeno sociológico observado numa determinada localidade e islâmico é estritamente relacionado ao Islã. Assim, pode existir um grupo islâmico que não seja árabe, países muçulmanos que não sejam islâmicos, árabes que não sejam islâmicos, e assim por diante. Um exemplo da primeira hipótese é o povo turco, que, apesar de não ser da etnia árabe, professa o Islã; a segunda hipótese seria o Paquistão, cujo Estado não tem o Islã como religião oficial, mas há uma predominância da fé islâmica na vida dos paquistaneses; por fim, há os judeus, que são árabes não islâmicos, por professarem o judaísmo (DEMANT, 2015, p. 14).

Curdos: os curdos correspondem ao maior povo sem Estado no mundo, espalhados no Irã, no Iraque, na Armênia, na Síria e majoritariamente concentrados na Turquia. Suas reivindicações possuem como principal pauta a criação de um Estado próprio, o Curdistão (PEIXINHO, 2010).

Daesh/EI/ISIS/ISIL: há diversas siglas utilizadas para se referir ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante, ou simplesmente Estado Islâmico. Sua base se encontra no salafismo, um movimento sunita ultraconservador que defende a vinculação entre a *sharia* e o Estado, a interpretação *ipsis litteris* do Alcorão e o conseqüente retorno às práticas originais do Islã (século sétimo). Na época, aqueles que não seguiam literalmente os preceitos do Alcorão ou abandonassem o Islã (apostasia) poderiam ser executados, e as mulheres não poderiam ocupar os espaços públicos (IZERROUGENE, 2017).

Emir/Sultão/Xeique/Xá: as quatro terminologias designam postos de poder, contudo, são referentes a contextos distintos. Emir é um título conferido aos líderes políticos e

religiosos como no Catar e no Kuwait. O termo sultão, por sua vez, deriva de poder, e é utilizado para se referir aos monarcas de Brunei e Omã. Xeique é utilizado para anciões religiosos ou políticos, e xá possui origem iraniana, significando “Imperador da Pérsia”. Todavia, após a Revolução Iraniana, o termo caiu em desuso, com a instituição do governo aitolá (LEONARDI, 2016).

Fundamentalismo Muçulmano ou Islamismo: cabe esclarecer, a priori, que apesar de consagrado na mídia e no imaginário popular, o termo “fundamentalismo muçulmano” é redundante, uma vez que esse, por si só, já designa uma ala fundamentalista do Islã. Tal ideologia busca reverter o fenômeno da secularização e ocidentalização, defendendo uma comunidade religiosa voltada para servir a Deus (DEMANT, 2015, p. 201). Segundo Duarte (2011), é possível identificar três formas de islamismo: o islamismo dos movimentos que buscam a mudança e a reforma por meio da ação política; o islamismo voltado para ações missionárias, visando o resgate da identidade islâmica, a conversão de fiéis, etc. E, por fim, o *jihadismo*, que será esmiuçado mais a frente, modalidade que traz a luta armada como instrumento de ativismo.

Houthis: é um grupo xiita que combate o governo iemenita militarmente desde 2004. Fortaleceu-se após tentativas de secessão do sul do país, gerando forte instabilidade política com a deflagração da Primavera Árabe (SPOHR, 2015).

Islâmico/islamita: enquanto “islâmico” é um termo estritamente relacionado ao Islã, “islamita” corresponde ao seguidor das ideias do fundamentalismo muçulmano (DEMANT, 2015, p. 14).

Jihadista: como dito anteriormente, o *jihadismo* é uma das formas do islamismo. Ao contrário das demais, que possuem a ação política e a ação missionária como meios de luta, o *jihadismo* age por meio da luta armada, sendo, por isso, comumente associado à ideia de “guerra santa”. Apesar da dificuldade em dar um conceito único que abranja todos os seus desdobramentos, em função de ser um movimento cada vez menos homogêneo e mais híbrido, há alguns denominadores em comum que se destacam: o antiocidentalismo, a antissecularização e o uso da violência na luta pela expansão do Islã (DUARTE, 2011).

Sharia: a *sharia* emana de duas fontes fundamentais que dão base aos direitos e deveres islâmicos, o Alcorão e a Sunna. Em um paralelo com o Direito da maioria dos países ocidentais, a *sharia* corresponderia à Constituição (SANTOS, 2016). A Arábia Saudita, por exemplo, não possui uma Constituição, regendo-se pela *sharia* e por leis complementares naqueles assuntos que não são tratados por ela (SPOHR, 2015).

Sunitas: quando Maomé morreu em 632, surgiu um dilema quanto aqueles que lhe sucederiam na liderança islâmica. Ao contrário do que acreditam os xiitas, os sunitas partem do critério do apego à tradição, sendo desnecessário o vínculo familiar. Os seus discípulos escolheram Abu Baker para dar continuidade à expansão do Islã, uma vez que era leal ao profeta e herdou as credenciais religiosas, consistindo nos primeiros sunitas (ADGHIRNI, 2014, p. 76).

Wahabismo: assim como o salafismo, o wahabismo propõe uma leitura única do verdadeiro Islã. Identificado por ser um ativismo político, os wahabitas proíbem muitas práticas normalizadas aos olhos de outros fiéis do Islã, como ouvir certas músicas e rezar durante a visita a um túmulo (HAJJAR, 2016).

Xiitas: ao contrário dos sunitas, que vislumbraram o apego à tradição islâmica como preponderante na escolha do próximo líder islâmico, os xiitas eram um grupo formado pelos parentes e companheiros de Maomé. Nessa toada, o laço sanguíneo seria utilizado como critério determinante para definir a sucessão. Comumente, são tidos como a vertente radical, enquanto o sunismo seria a moderada. Ocorre que essa, na verdade, é uma noção bastante reducionista e superficial, considerando que as organizações mais fundamentalistas são associadas ao sunismo, como o *Al-Qaeda* e o *Hamas*. (ADGHIRNI, 2014, p. 76). Dentro do grupo dos xiitas, há os alauítas, grupo ao qual a família al-Assad é pertencente.

3. A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

A Liga dos Estados Árabes, celebrenemente conhecida como Liga Árabe, é considerada uma organização regional, a qual compreende os países da Península Arábica e o Norte da África. Pioneiramente criada após a Segunda Guerra Mundial, a Liga estabeleceu como objetivo fundamental promover o fortalecimento das relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre as nações árabes, coordenando as suas políticas externas de modo a salvaguardar a independência, a soberania, o desenvolvimento e a defesa coletiva de seus integrantes (CASTRO, 2014, p. 25).

Atualmente, a Liga é composta por 22 Estados membros, sendo eles: a Arábia Saudita, o Egito, o Iraque, a Jordânia, o Líbano e a Síria – enquanto os seis países fundadores do Organismo - e Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Kuwait, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Somália, Sudão e Tunísia. Como descrito no art. 2º da Carta da Liga Árabe, cada Estado possui um voto no Conselho da Liga (principal órgão decisório), independentemente do número de seus habitantes e do tamanho de seu território. Cabe destacar ainda que suas decisões são vinculativas, ou seja, os países que votarem favoravelmente as resoluções decididas pelo Conselho devem de forma obrigatória, cumpri-las e efetivá-las internamente.

Todavia, a LEA vem sendo criticada fortemente por ser uma organização inócua, sem capacidade para efetivar os seus objetivos. A falta de união e governança frente a incapacidade em interferir nos conflitos internos do Oriente Médio, a preferência recorrente das elites dirigentes em manter seu poder e independência na tomada das decisões internas tem feito os críticos considerarem a LEA como uma representante apenas dos governos e dos clãs da região, sem levar em consideração os interesses do povo árabe.

Por isso, nos últimos anos a autoridade da LEA vem sendo cada vez mais testada em face aos conflitos originados das consequências da Primavera Árabe e, sobretudo, a luta intensa entre xiitas e sunitas pelo controle de áreas de influência na Península Arábica e na África Muçulmana. Nesse sentido, a LEA possui como desafios fundamentais na atualidade, garantindo a segurança coletiva de seus Estados membros frente aos constantes conflitos internos ocorridos na região, bem como unir esforços no Mundo Árabe na luta sem tréguas contra o terrorismo.

3.1. Contexto Histórico

Durante vários séculos, o apelo pela unidade dos países árabes sempre esteve presente, principalmente após o fim do Império Otomano e o surgimento das ideias nacionalistas. Porém, foi a partir da Segunda Guerra Mundial, que um conjunto de fatores políticos regionais e internacionais tornaram possível a criação de uma organização regional que congregasse os estados árabes (STATES, 2018, p. 02).

Em primeiro ponto, a nível de fatores políticos regionais, a Segunda Guerra Mundial foi de essencial importância para o crescimento dos movimentos nacionalistas e de resistência contra o colonialismo europeu, refletindo conseqüentemente na independência de um número crescente de países árabes e, sobretudo, da urgente necessidade destas novas nações em se unir para enfrentar os impasses e se fortalecerem nos aspectos econômicos, sociais e de segurança (STATES, 2018, p. 02).

A nível internacional, a ideia de uma organização que juntasse os novos países árabes contra o poder do Eixo foi proposta pelo Reino Unido durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial. Frise-se que, em 1941, o Ministro das Relações Exteriores britânico Anthony Eden declarou o apoio do seu país a união das relações econômicas, políticas e culturais entre os países árabes. Entretanto, é preciso lembrar que a verdadeira intenção dos ingleses era manter o controle sobre as suas ex-colônias e os movimentos nacionalistas que constituíam os novos países árabes independentes (BARAKAT, 2010, p. 21-22).

Por isso, no intuito de evitar que se formasse uma nova base de influência não árabe na região, em 5 de agosto de 1942, o Egito convidou Iraque, Jordânia², Arábia Saudita, Síria, Líbano e Iêmen a enviar delegados para trocar opiniões sobre a questão da unidade dos países árabes. A partir de então, monta-se um Comitê Preparatório composto por delegados desses seis países, como também da Palestina, os quais, em duas semanas, se reuniram em Alexandria na fase que ficou conhecida como a Consulta sobre a Unidade Árabe (CASTRO, 2014, p. 27).

Assim, em outubro de 1944, essas consultas chegaram ao seu término com a assinatura do Protocolo de Alexandria pelos países que participaram do Comitê Preparatório, com exceção da Arábia Saudita e do Iêmen, que os ratificaram em janeiro e fevereiro de 1945, respectivamente. Tal documento contém os princípios acordados para

² À época, era reconhecida como Transjordânia.

o estabelecimento e funcionamento de uma organização que passaria a reunir os estados árabes independentes, que estão consagrados na Carta da LEA.

O Protocolo traz ainda em seu conteúdo os principais objetivos para a existência da Liga como: observar a implementação dos acordos celebrados pelos Estados membros; a realização de reuniões periódicas para fortalecer as relações e coordenar as políticas entre os países árabes e garantir a independência e a soberania dessas nações. Por derradeiro, destaque-se o compromisso da, então, futura organização de recorrer aos meios políticos para resolver os impasses entre as nações árabes, não permitindo o recurso à força numa eventual disputa entre Estados integrantes da Liga (STATES, 2018, p. 04-05).

Nessa perspectiva, o dia 22 de março de 1945 marcou a celebração desse pacto de solidariedade simbolizado pela assinatura da Carta da Liga dos Estados Árabes pelos representantes da Síria, Egito, Líbano, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen. Ficou definido que outros países vizinhos seriam convidados a integrar a Liga no momento em que conquistassem suas independências. A Palestina, embora ainda não possuísse uma representação política oficial árabe, enviou um representante para assinatura deste pacto que criou a LEA³. A partir de então, a data em questão é considerada o dia da celebração do aniversário anual da criação desta organização (STATES, 2018, p. 06).

Em seu início, a LEA foi marcada por inúmeras políticas de cooperação e defesa coletiva, destacando-se a assinatura do Tratado de Cooperação Econômica e Defesa Conjunta em 1950 e a busca pela efetivação dos princípios dispostos no Protocolo de Alexandria e na Carta da Liga. Sendo assim, ao longo dos anos, na medida em que os países árabes conquistavam as suas independências, a Liga passou a receber numerosas adesões (CASTRO, 2014, p. 27).

A entidade obteve aos poucos o reconhecimento pela Organização das Nações Unidas a partir de 1950, quando a Assembleia Geral, a partir de uma resolução, pediu ao Secretário Geral da Organização que convidasse o Secretário Geral da Liga Árabe para as reuniões anuais da Assembleia na condição de observador. Frise-se ainda que a LEA firmou diversos acordos com agências ligadas a ONU, como a Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (STATES, 2018, p. 16-17).

³ Ao se designar o nome da organização regional que incorporaria a unidade entre os Estados árabes, ainda em 1944, chegou-se ao consenso de se utilizar o nome de Liga dos Estados Árabes. Também se cogitou nomeá-la de "Aliança" e "União", porém como o primeiro se refere a um relacionamento temporário entre os países signatários e o segundo refletiu uma relação entre os termos de referência acordados e sua transformação na Organização Árabe emergente, optou-se pelo termo Liga.

Durante sua travessia histórica, a atuação da LEA foi intercalada por períodos em que sua atuação foi relevante para salvaguardar a frágil estabilidade política no Mundo Árabe e em outros, pela incapacidade em efetivar os objetivos transcritos em sua Carta. Destaque-se que a entidade se mostrou omissa nos constantes embates entre Israel e Palestina; na invasão dos EUA pelo Iraque em 2003; na Guerra Civil libanesa em 2006 e mais recentemente na intervenção das forças militares no Bahrein em 2011. Por outro lado, a atuação da Liga foi significativa ao estabelecer um bloqueio econômico quase total a Israel no período entre 1948 e 1993 e na condenação do ataque iraquiano ao Kuwait em 1990.

Em tempos hodiernos, a LEA passa por um processo de consolidação como o principal organismo regional que tem tomado medidas cabíveis para resolver os impasses relacionados à segurança coletiva no Mundo Árabe a exemplo: ao mediar e resolver a Guerra Civil na Síria, chegando mesmo a suspender o país e a entregar, recentemente, seu respectivo assento na organização à oposição; usando Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica, de 1950, evocado na Guerra Civil no Iêmen, em 2015, para criar uma força militar conjunta frente aos ataques extremistas e no forte apoio ao reconhecimento internacional ao Estado da Palestina. Tais atitudes tem mostrado a intensificação das ações da LEA em gerenciar e mitigar os efeitos dos conflitos no Oriente Médio.

3.2. Divisão Institucional

Para efetivar os objetivos de proteger a soberania dos países árabes, de oposição do uso da força, assim como na garantia da coesão e da paz, investindo na mediação de conflitos envolvendo dois ou mais Estados membros, a Carta da Liga Árabe instituiu diversos órgãos para auxiliar na sua administração interna. Sendo assim, a LEA, em termos institucionais, divide-se da seguinte forma: o Conselho da Liga Árabe, a Secretaria Geral, o Conselho de Defesa Conjunta da Liga Árabe; o Conselho Econômico e Social Árabe e os Comitês Técnicos Permanentes.

O Conselho da Liga Árabe, sediado no Cairo, é o principal órgão constitutivo da LEA, é composto por representantes de todos os Estados membros e toma as decisões atinentes aos países árabes nas questões transcritas na Carta da LEA. Frise-se que as representações no Conselho são formadas geralmente por embaixadores ou Chefes de

Estado dos países-membros, podendo a depender da natureza da reunião⁴, ser exercidas pelos Ministros das Relações Exteriores.

As reuniões do Conselho, de acordo com o art.11º da Carta, ocorrem em sua sede duas vezes por ano, em março e setembro, porém reuniões extraordinárias e em outras localidades podem ser convocadas a partir de um requerimento de no mínimo dois membros (STATES, 2018, p. 14).

Quanto às suas competências, o Conselho deve realizar os objetivos da organização, fiscalizar os acordos entre os signatários da Carta e indicar o Secretário Geral da LEA. O órgão deve ainda intervir em qualquer risco de conflito entre seus membros e tomar medidas necessárias nos casos em que os países participantes desrespeitem a Carta da Liga Árabe ou a Declaração Árabe dos Direitos Humanos. O Conselho também é encarregado de analisar pedidos sobre a admissão de um novo membro ou de possível retirada de um Estado-Membro da organização, podendo estabelecer também diretrizes para a criação de novos órgãos ligados a LEA (BARAKAT, 2010, p. 30).

O Secretariado Geral da Liga Árabe é responsável pela efetivação das decisões tomadas pelo Conselho da Liga em seus países membros. Atualmente, é presidido pelo Secretário Geral egípcio⁵ Ahmed Aboul Gheit - auxiliado por diversos Secretários Assistentes e uma equipe formada por membros permanentes e temporários. O Secretário Geral é eleito pelo Conselho da Liga por dois terços de seus membros, sendo um cargo de vital importância para a LEA, pois este é a principal voz da entidade junto às cúpulas e às organizações internacionais, incluindo aí a Assembleia Geral da Nações Unidas (STATES, 2018, p. 15).

O Conselho de Defesa Conjunta da Liga Árabe foi criado após a assinatura do Tratado de Defesa Mútua e Cooperação Econômica, em 1950. Composto pelos Ministros das Relações Exteriores e de Defesa dos países signatários do Tratado, o Conselho de Defesa Conjunta tem o dever de tomar medidas necessárias para enfrentar qualquer agressão contra algum membro, unindo os planos de defesa e coordenação militar entre

⁴ Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias.

⁵ Historicamente, se observa que quase todos os Secretários Gerais da Liga Árabe são de nacionalidade egípcia. Para alguns pesquisadores, embora vigore nesta organização regional o Princípio da Igualdade e que a cadeira de Secretário Geral não é uma cadeira cativa de uma só Nação, leva-se em conta que para uma maior representatividade do Mundo Árabe junto as organizações internacionais, é essencial outorgar uma maior responsabilidade ao membro que possui maior capacidade demográfica. O Egito se enquadraria, portanto, neste requisito, unindo os esforços dos demais países para a efetividade das decisões da LEA.

os países árabes.⁶ Além disso, este órgão deve tomar medidas efetivas para aumentar a eficiência dos países membros nos itens de armamento, capacitação, organização e prática militar, atuando no desenvolvimento de acordo com o avanço da tecnologia mundial na atualidade (BARAKAT, 2010, p. 40-41).

Recentemente, com a eclosão da Guerra Civil no Iêmen e a intervenção de forças militares constituídas por 10 membros da Liga, o Conselho de Defesa Conjunta voltou a ter grande importância com a aprovação da resolução no Conselho da Liga Árabe, em 2015, de uma força militar conjunta para enfrentar as ameaças à segurança de qualquer Estado-Membro e que constitua uma ameaça direta à segurança nacional árabe, incluindo as ameaças de organizações terroristas, a pedido do Estado interessado (STATES, 2015, p. 148).

O Conselho Econômico e Social Árabe tem o papel de coordenar a cooperação econômica, promovendo e fiscalizando uma política geral entre os países-membros de integração dos projetos econômicos e sociais. Já os Comitês Técnicos Permanentes realizam diversos estudos técnicos especializados, fixando as regras para a cooperação entre os países árabes, seu alcance e redação em forma de projetos apresentados no Conselho da LEA (BARAKAT, 2010, p. 38).

Ao tomar decisões, a LEA vem adotando os princípios da unanimidade e legislação nacional, significando que os Estados membros incorporam as decisões finais sobre diversos temas atinentes à sua legislação nacional. De acordo com o art. 7º da Carta da LEA, as decisões tomadas por unanimidade são vinculantes a todos os membros do conselho; já as decisões majoritárias são vinculantes apenas aos Estados que as aprovaram (CASTRO, 2014, p. 31).

Em ambos os casos, a efetivação dessas decisões é feita conforme a realidade jurídica e política de cada Estado-membro. Porém, há uma única exceção: em casos envolvendo decisões financeiras e administrativas, a decisão só se tornará vinculante se for aprovada por dois terços de seus membros (CASTRO, 2014, p. 31).

⁶ Em paralelo a esse contexto, a OTAN possui um dispositivo que também assegura a legítima defesa de seus membros. Vale ressaltar que, de acordo com o art.5º do Tratado do Atlântico Norte, as Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

3.3.A Normatização Interna da LEA

Os ideais nacionalistas e de unidade pan-árabe, intensificados a partir da queda do Império Otomano e fim da Segunda Guerra Mundial, de modo algum se realizariam sem uma real organização normativa dos países. As primeiras determinações para a concretização desses ideais se iniciaram com o Protocolo de Alexandria, de 1944, mas nele não se esgotaram: eram necessárias maiores e mais minuciosas normas para encorpar e organizar a cooperação entre Estados Árabes.

3.3.1. A Carta da Liga dos Estados Árabes (1945)

Redigida na cidade do Cairo em 22 de março de 1945, a Carta da Liga dos Estados Árabes delineou todo o funcionamento e os objetivos da Organização, demarcando sua forma de atuação, os procedimentos legais internos e principalmente a busca pela cooperação e aproximação árabe (Carta da Liga Árabe, 1945).

Composta por 20 artigos e 3 anexos, a Carta da Liga foi assinada, originalmente, apenas pelo Reino do Egito, o Reino do Iraque, o Emirado da Transjordânia – atual Jordânia –, a República do Líbano, o Reino da Arábia Saudita e a República Síria, como indica em seu preâmbulo (Carta da Liga Árabe, 1945). Não obstante, com o passar dos anos e vista a crescente necessidade de cooperação entre os Estados árabes, outros países foram aderindo à Organização, constituindo-se, hoje, por 22 Estados membros, ainda que a participação da Síria esteja suspensa em razão do conflito que enfrenta desde 2011 (TESÓN, 2011).

O preâmbulo da Carta da Liga Árabe enuncia, de logo, os objetivos da Liga Árabe, que consistem (a) no reforço das relações entre os Estados Árabes; (b) na consolidação e fortalecimento dessas relações e (c) no bem-estar da população árabe, com destaque ao respeito pela independência e soberania dos Estados.

Ao longo da Carta, se percebe a preocupação dos anuentes com o respeito mútuo dos Estados membros em relação à autodeterminação e soberania de cada um. Além disso, manifesta-se expressamente quanto ao respeito à forma de governo de cada Estado, de modo a não agir na intenção de mudá-la, ao que prescreve seu art. 8º (Carta da Liga Árabe, 1945).

Ainda sobre os propósitos da Liga, em seu art. 2º os Estados reverenciam, expressa e mais minuciosamente, uma estreita cooperação entre si, levadas em consideração a estrutura e as condições específicas de cada um, nos assuntos econômico-financeiros, de comunicação e transporte, culturais, de nacionalidade e imigração, de

bem-estar social e em questões de saúde. Cada uma dessas questões conta com um comitê especial próprio, encarregado de estabelecer as diretrizes de cooperação através de projetos de acordos, nos termos do art. 4º da Carta da Liga (1945).

Os propósitos da Liga são tutelados pelo Conselho, composto pelos representantes dos Estados, tendo a incumbência de supervisionar a execução dos acordos concluídos entre os Estados e de determinar a atuação e funcionamento da LEA como um todo. É o Conselho da Liga que ajuda os Estados membros no caso de agressão ou ameaça de agressão armada (art. 6º); que determina o orçamento de cada Estado dentro da Liga (art. 13); e que determina a organização do Secretariado Geral, formado pelo Secretário-geral, Secretários Assistentes e oficiais (art. 12), todos constantes da Carta da Liga Árabe (1945).

Quanto à natureza jurídica das determinações feitas em Sessão Ordinária ou Extraordinária, é firmado no art. 7º da Carta da Liga dos Estados Árabes (1945) que as decisões feitas em unanimidade e as que alcançam a maioria dos votos do Conselho vinculam todos os Estados membros. Aqui vemos o lastro da autonomia da vontade dos Estados e o respeito à sua soberania, não se vinculando a decisões ou tratados com os quais não compactua efetivamente.

Em mesma índole, a Carta da Liga (1945) também prevê que os Estados têm liberdade para concluir entre si os acordos e tratados que julgarem pertinentes, em vista de uma colaboração mais estreita e vínculos mais fortes. Este é o caso do Catar e do Omã, que no início de 2018 firmaram acordo no setor de produção de alimentos, investimento conjunto e exportação de produtos (EBC, 2018). Destaca-se, ainda, que os tratados bilaterais ou multilaterais firmados entre Estados membros ou não membros são vinculativos somente aos signatários, não vinculando os demais Estados da Liga.

A Carta da Liga Árabe (1945) também prevê sua atuação em caso de discordância ou conflito entre seus Estados membros, nos termos de seu art. 5º. No dispositivo, é proibido o uso de força militar na resolução de conflitos, em que pese o respeito mútuo que deve haver entre os membros da Liga em relação à independência, soberania e integridade territorial de cada um. Havendo um consenso entre as partes, o litígio pode ser solvido por intermédio do Conselho, em arbitragem, cuja decisão será obrigatória, tomada com a maioria simples dos votos dos representantes de cada Estado no Conselho. Vista a possibilidade de guerra entre um Estado membro da Liga e outro, membro ou não, o Conselho deverá em mediar as disputas, para conciliá-los antes que se firme um conflito armado.

Finalmente, três anexos de grande relevância política foram feitos à Carta da Liga dos Estados Árabes (1945). O primeiro deles, referente à Palestina, determina que os Estados Árabes não questionarão a existência e a independência dessa, e não somente, determina que o Conselho da Liga designe um delegado árabe para representar a Palestina nas deliberações da Liga até que desfrute de verdadeira independência.

O segundo anexo diz respeito à cooperação com países árabes não membros do Conselho, e carrega consigo a questão da unidade do povo árabe em seu bem-estar e na proteção de seus interesses. Desta feita, exorta ao Conselho da Liga a receber a participação desses Estados árabes não membros nos Comitês, trabalhando na medida de suas potencialidades para garantir um bem comum. Ainda que pouco normativo e mais principiológico, esse anexo revela a iniciativa dos países árabes em de fato cooperar para o bem-estar de todos, independente de etnia, ou viés ideológico-religioso. Nesse sentido, pode-se exemplificar com a cooperação militar contra o terrorismo firmada entre Iraque e Irã, este último não fazendo parte da Liga Árabe (G1, 2017).

O terceiro e último anexo conclui, portanto, a Carta da Liga dos Estados Árabes (1945), nomeando como primeiro Secretário-geral o egípcio Abd Al Rahman Azzam.

3.3.2. A Carta Árabe de Direitos Humanos

A Carta Árabe dos Direitos Humanos é um documento composto por um preâmbulo e 53 artigos, no qual, em suas principais tutelas, reconhece os direitos individuais e as liberdades civis, proclamando uma série de direitos dos povos, tais como: a autodeterminação, a obtenção e a manutenção de suas riquezas e recursos naturais, o estabelecimento de seu estatuto político e do direito de assegurar o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Os direitos reconhecidos na Carta Árabe de Direitos Humanos demonstram a evolução e proteção por parte de Liga dos Estados Árabes no tocante aos direitos fundamentais. Todavia, seus artigos apresentam algumas limitações. Apesar de o documento reconhecer a igualdade legal entre homens e mulheres perante a lei, os desigualam ao reconhecer, como fonte suprema da lei Islâmica, o Alcorão e a Sharia; ademais, não há vedação expressa à aplicação de penas cruéis, desumanas ou degradantes.

É possível observar semelhanças entre a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Carta Árabe. Isso porque a formulação desta se baseou na essência da Carta das

Nações Unidas, mas, claramente, com as devidas adaptações necessárias à realidade oriental, como podemos compreender na análise dos respectivos artigos.

Em seu art. 1º, há a previsão de que todos os povos possuem o direito de autodeterminação e controle sobre suas riquezas naturais e recursos e, ainda, que mantenham o direito de determinar livremente a forma de sua estrutura política e de buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, sendo uma forma de entrelaçar toda a diversidade presente nos Estados Árabes.

Ainda na mesma cláusula operativa, a Carta Árabe demonstra um certo nível de atenção e cuidado sobre alguns assuntos como o racismo, o sionismo, a ocupação e a dominação estrangeira, pois, de acordo com a interpretação deste documento, tais ações constituem um desafio para a dignidade humana e colocam um obstáculo fundamental para a realização dos direitos básicos dos povos árabes, sendo, então, necessário condenar e se esforçar para eliminar todas essas práticas.

Impende destacar, ainda, que em seu artigo 10º, a Carta Árabe busca preservar os direitos humanos. No entanto, algumas peculiaridades culturais permanecem, por exemplo, na previsão, neste mesmo artigo, de que a pena de morte pode ser imposta para crimes graves, mesmo que abra margem para a possibilidade de o condenado requerer perdão ou comutação da sentença.

Em seu art. 37, no intento de integrar os Estados Árabes, resta estabelecido que as minorias não serão privadas de seu direito de desfrutar de sua cultura ou de seguir os ensinamentos de suas religiões.

Sendo assim, ao se analisar a Carta Árabe de Direitos Humanos, pode-se observar que este documento não pode ser aplicável a todos os países muçulmanos. Um dos principais fatores que dificultam a efetividade deste documento se deve, sobretudo, ao fato de que esta declaração busca boa parte da fundamentação de suas normas na Suna, evidenciando que a declaração islâmica seja um instrumento sunita, em detrimento do islamismo xiita, majoritariamente seguido no Azerbaijão e Irã.

Portanto, o instrumento torna-se eficaz somente no mundo sunita, isto é, no Norte da África e na Península Arábica onde a maioria populacional, quando não os Estados, professa o islamismo sunita, não obstante a existência de Estados que seguem oficialmente a corrente xiita.

3.3.3. *A Convenção Árabe para a Supressão do Terrorismo*

A partir da década de 90, verificou-se um aumento expressivo de ataques no Oriente Médio. Consequentemente, a Liga Árabe iniciou o planejamento de comissão interna para que ocorresse um debate sobre o tema, sempre tendo como fundamento e princípio a proteção da população e a prevenção de atentados em território árabe. Após recorrentes discussões, formaram e ratificaram a Convenção para a Supressão do Terrorismo de 1998.

Saliente-se que, em seu art. 1º, a Convenção consagra a definição de terrorismo, conceituando-o como todo ato de violência ou toda ameaça com uso da violência, sejam quais forem seus motivos e seus objetivos, que tenha como finalidade executar um projeto criminoso individual ou coletivo para provocar o terror ou pôr em risco a vida, a liberdade e a segurança da população. O terrorismo também seria a violência que coloca em risco os recursos nacionais ou que ataca o meio ambiente, os edifícios públicos ou privados, e as iniciativas para ocupar ou tomar estes estabelecimentos (CASTRO, 2014).

No art. 2º, o documento também diferencia os atos terroristas de outros tipos de ações armadas, especialmente “lutas armadas contra a ocupação estrangeira e agressão para a libertação e a autodeterminação”, assim como indica os governantes contra os quais ações armadas são, igualmente, consideradas atos terroristas (CASTRO, 2014).

Em seu art. 3º, os Estados membros se comprometeram a não conceder informações, ajuda financeira ou militar aos grupos suspeitos ou reconhecidamente terroristas que atuem nos territórios dos Estados árabes. Na sequência, os países ainda são alertados para que exista uma rede de compartilhamento de informações sobre supostos grupos terroristas e que extraditem os suspeitos ou indivíduos condenados por crimes terroristas aos seus Estados de origem (CASTRO, 2014).

Ainda neste mesmo artigo, a Convenção observa a urgência e a necessidade de uma maior cooperação a nível internacional entre os Estados para o combate de organizações extremistas. Nesse sentido, buscou efetivar medidas viáveis e práticas para prevenir e reprimir atentados terroristas, processando e punindo seus respectivos autores (CASTRO, 2014).

Além disso, este documento previu em seu conteúdo mecanismos para a extradição de pessoas acusadas ou condenadas pelo crime de terrorismo, medida esta que deve ser pedida por qualquer um dos Estados signatários da Convenção, seguindo as regras e condições previstas no texto daquela. Destaque-se ainda que os arts. 19 e 20 dispõem

sobre o confisco de bens e ativos de pessoas extraditadas, quando estes forem oriundos dos crimes cometidos (CASTRO, 2014).

Observando sua aplicação, a Convenção foi importante para o estabelecimento de medidas de combate às organizações extremistas pelos Estados Membros da Liga Árabe. Em 2006, o Comitê contra o Terrorismo se reuniu e decidiu efetivar as constatações realizadas durante a Conferência Internacional Contra o Terrorismo, recomendando aos Estados membros que suas medidas de combate ao terrorismo fossem preventivas e não somente repressivas, se baseando apenas na prisão de integrantes de grupos extremistas (ANSARY, 2008).

Em 2007, a Liga Árabe adotou as recomendações da Estratégia Global de Terrorismo das Nações Unidas, que inclusive utilizou a Convenção para Supressão do Terrorismo de 1998 da LEA como seu principal referencial para elaborar o documento (ANSARY, 2008).

Dessa forma, ao completar duas décadas de sua criação, a Liga Árabe, a partir de uma perspectiva institucionalista, procurou cumprir sua função enquanto organização de segurança coletiva por meio da Convenção para a Supressão do Terrorismo. O conteúdo deste documento sintetizou as principais ações da LEA para contribuir para diminuição da incidência do terrorismo na região, definindo os instrumentos de combate às organizações extremistas e disseminando tais mecanismos aos seus Estados membros.

3.3.4. *Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950)*

Firmado cinco anos após a formação da Liga dos Estados Árabes, o Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950) reitera o dever dos países árabes de cooperarem entre si. Estabelecendo em seu preâmbulo suas motivações, é salutar o desejo pela consolidação das relações *inter* membros da Liga Árabe e pela manutenção da independência, paz e segurança através da defesa mútua.

Nesse sentido, já no primeiro artigo do referido tratado, é expressamente pactuado que os Estados concordam com a disputa internacional pacífica, entre si e com outras potências. Tal preocupação demonstra o intuito residual e extraordinário do conflito armado, restando fixado que, na maior das controvérsias, são utilizados de pronto os meios pacíficos de resolução.

Na hipótese de agressão militar contra um ou mais Estados ou suas respectivas Forças Armadas, os anuentes entenderão como uma agressão a todos, de maneira a socorrer os Estados ofendidos e utilizar as medidas necessárias para o restabelecimento

da segurança, o que inclui o uso da força. No mesmo desiderato, havendo indícios de ameaça real à independência, segurança ou integridade territorial e na ameaça de Guerra ou de emergência internacional, os pactuantes devem unificar forças e planos de defesa para lidar com a situação de forma conjunta.

Em seu art. 6º, o Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950) e cria o Conselho de Defesa Conjunta, cuja função é de tratar todas as questões concernentes à implementação das disposições referentes à ajuda militar, conforme disposto acima. Esse Conselho é supervisionado pelo Conselho da Liga Árabe e terá o apoio da Comissão Militar Permanente, a ser explanada a seguir. Por seu turno, será formado pelos Ministros de Relações Exteriores e pelos Ministros de Defesa dos Estados signatários. Destaque-se, ainda, sobre este Conselho, que todas as decisões tomadas com maioria de dois-terços (qualificada) vincularão a todos os Estados.

A Comissão Militar Permanente, disposta no art. 5º e cujas atribuições constam no anexo militar do referido Tratado, tem como principais atribuições a preparação de planos e propostas para a organização militar dos Estados signatários em todas as suas esferas: desde os equipamentos e treinamento dos militares à exploração de recursos naturais que venham a favorecer o esforço militar conjunto. Para tanto, poderá formar subcomitês permanentes ou temporários para lidar com os assuntos que venham a surgir.

O comando supremo, em caso de guerra, é confiado ao Estado que tiver maior força militar, tornando-se o Órgão Consultivo Militar (TEIXEIRA, 2012, p. 380). Ademais, todas as suas atividades devem ser apresentadas em relatórios para o Conselho de Defesa Conjunta, apresentando também um relatório anual com os detalhes de seus trabalhos e pesquisas durante o ano.

Em um segundo momento do Tratado (1950), voltado mais à cooperação econômica, os Estados compactuam pelo art. 7º em cooperarem entre si no desenvolvimento de suas economias e na exploração de seus recursos naturais, facilitando o intercâmbio de produtos agrícolas e industriais, e concluindo acordos inter-árabes para alcançar e promover a prosperidade no Mundo Árabe.

Para tanto, é formado o Conselho Econômico, composto pelos Ministros da Economia dos países signatários do Tratado (1950). A este Conselho é atribuída a tarefa de submeter recomendações para o desenvolvimento econômico e a prosperidade árabe, contando com a cooperação do Comitê de Assuntos Econômicos e Financeiros, a constar no art. 4º da Carta da Liga dos Estados Árabes (1945).

Importante colocar, ainda, que no Tratado de defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950), mais precisamente em seu art. 10, que os objetivos e disposições não devem ser contrariadas, seja por acordos internacionais assinados pelos Estados pactuantes ou pelas ações de relações internacionais destes. Tal disposição é essencial para o bom funcionamento das políticas estabelecidas no Tratado, bem como para o alcance dos objetivos da Carta da Liga dos Estados Árabes (1945).

Na prática, esse Tratado teve grande significado em posteriores conquistas e acordos econômicos, evidente no Acordo de União Econômica Árabe, firmado em 1957; na resolução que criou o Mercado Comum Árabe, em 1964 e na resolução que criou o Acordo para Facilitação e Desenvolvimento do Comércio entre Estado Árabes de 1981, que tem por objetivo a implementação de uma Área de Livre Comércio Pan-Árabe⁷ (TEIXEIRA, 2012, p. 374).

As determinações militares do Tratado, em seu turno, não tiveram diferentes resultados. Embora tenha feito várias tentativas para uma força militar conjunta dos países árabes, o Tratado de Defesa Conjunta e Cooperação Econômica (1950) permaneceu ineficaz por longo tempo. No entanto, o apogeu da ameaça terrorista levou o Egito a repisar a ideia de uma força militar árabe, mas foi na Guerra Civil do Iêmen que essa iniciativa se mostrou mais presente. Liderada pela Arábia Saudita, uma coalizão de 10 Estados Árabes lançou ataques aéreos no afã de deter o avanço do movimento *houthi*, em 25 de março de 2015, o que levou a Liga Árabe a se reunir em cúpula para melhor montar um exército árabe comum (NOLL; ROLL, 2015).

Nesse sentido, reiterando a necessidade de fortalecer a segurança nacional dos países árabes e o combate ao terrorismo, em 29 de março de 2015, foi aprovada a Resolução n° 629 na 26° sessão ordinária do Conselho da Liga dos Estados Árabes a nível de Cúpula realizada no Egito, instituindo uma força árabe conjunta para a manutenção da segurança nacional árabe.

Esta força teria como objetivo cumprir atividades de intervenção militar rápida e outras atividades que lhe são atribuídas para enfrentar as ameaças à segurança de qualquer Estado-Membro e que constituíssem ameaça direta à segurança nacional árabe, como a ação de grupos terroristas no território dos Estados interessados.

⁷ A Área de Livre Comércio Pan-Árabe acabou não se realizando, ainda que estabelecido um plano executivo de 10 anos, a partir de 1° de janeiro de 1998.

Nos últimos anos, entretanto, o recrudescimento dos conflitos regionais ocorridos no Oriente Médio e na África Muçulmana, bem como o caráter opcional e temporário dessa força conjunta de segurança tem instigado os países da LEA a rediscutir os parâmetros da integração das defesas militares e, sobretudo, para propor ações efetivas que garantam o restabelecimento da paz e da estabilidade política nos Estados Árabes.

4. A QUESTÃO DA SEGURANÇA NO ORIENTE MÉDIO – AS TENSÕES NO EQUILÍBRIO POLÍTICO MUÇULMANO

Com o advento do 11 de setembro e dos seus desdobramentos, a luta contra o terrorismo gerou significativas mudanças no panorama político do Oriente Médio e nas relações entre os países. As táticas utilizadas e as estratégias para conter o avanço dos grupos jihadistas revelaram um novo desafio lançado aos países da região, inserindo no ordenamento regional uma preocupação transnacional.

Somando-se a estes fatores, permanece no equilíbrio político muçulmano as tensões históricas entre as potências regionais, sobretudo na polarização da disputa por liderança e pelo papel estabilizador na região entre Arábia Saudita e Irã, cada um deles com seus aliados, o que repercute nos outros conflitos regionais (ZAHREDDINE, 2015).

4.1. Contexto Histórico

O Oriente Médio passou por um complexo processo de organização política, social, religiosa e econômica e alguns eventos contribuíram grandemente nessa transformação, como o domínio Otomano, a Primeira Guerra Mundial, a colonização europeia, a questão da Palestina e a criação do Estado de Israel, a Guerra Fria, entre outros.

Nesse sentido, é importante que se compreenda as mudanças pelas quais essa região passou como um contínuo movimento histórico, marcado por uma intensa participação social em processos que, inclusive, desencadearam a modernidade no Ocidente. Dentre esses, pode-se citar a construção territorial de identidades sociais ligadas à Estados nacionais, o reordenamento ideológico trazido pela Guerra Fria e, depois, pelo mundo pós-polarizado entre os EUA e a URSS, um movimento intelectual e artístico revolucionariamente moderno, entre outros (SCHIOCCHET, 2011).

Assim, é necessário conceber uma ideia não ocidentalizada do Oriente Médio para então perceber que, mesmo guardando suas diferenças, o Mundo Árabe e o Ocidente participaram de muitos processos sociais comuns e compartilham muito de uma única história, desenrolada no decorrer de elementos fundamentais para a compreensão do mundo contemporâneo.

4.1.1. *A Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Otomano*

O Império Otomano surgiu no final do século XIII, ainda na Idade Média, e se tornou um dos mais vastos e duradouros da história, chegando ao fim após a Primeira Guerra Mundial.

Esse império desenvolveu-se a partir do principado muçulmano do sultão Osmã, durante o processo de expansão árabe, se tornou cada vez mais poderoso entre os islâmicos e empreendeu diversas ofensivas contra o Império Bizantino, que dominava a então Anatólia, região da atual Turquia.

O controle otomano expandiu-se em direção à Península Arábica e à Mesopotâmia durante os séculos XIV e XV, quando o sultão Maomé II, ou Mehmed, derrotou o Império Bizantino em 1453. Vitorioso, reclamou para si o título de califa, denominação máxima de um político muçulmano, se tornando o primeiro otomano a receber essa qualificação.

Ainda nesse processo de expansão, o Império chegou a conquistar o norte da Argélia, a Tunísia, quase toda a Líbia, Israel e os Territórios Ocupados, o Líbano, a Jordânia, a Síria, a Turquia, a Grécia, os Balcãs, o Cáucaso, as pontas noroeste e leste do Irã, o Iraque, o Kuwait, a maior parte do Iêmen e uma faixa ao leste e outra ao norte da Arábia Saudita (LAPIDUS, 1988).

O declínio começou no século 18, quando vários povos começaram a se rebelar e expulsaram os turcos da Hungria e mais tarde do sul da Rússia e de outros territórios. Um exemplo dessas revoltas foi a revolução nos Balcãs em 1908, que desencadeou o genocídio de 600 mil armênios durante a Primeira Guerra Mundial.

Derrotado na guerra, o aliado da Alemanha assistiu como os italianos, britânicos, franceses, russos e gregos dividiram entre si pedaços do império em decadência. Por sua vez, na época, as potências não levaram em conta a diversidade étnica ao dividir os territórios, muito menos consideraram os interesses locais nessa divisão e até hoje a região enfrenta conflitos em decorrência disso.

Tanto pela longa duração do Império Otomano, quanto pelo período relativamente curto de sua dissolução, este Império está entre aqueles que mais marcaram a região do Oriente Médio e gerou efeitos que repercutem até a atualidade (SCHIOCCHET, 2011).

Dessa forma, como consequência dessa extensa história de ocupação, é preciso entender o Oriente Médio não como uma região de intensas rupturas socioculturais, e sim como produto de minorias étnicas e religiosas que ainda hoje disputam por espaço político.

4.1.2. A colonização europeia e o período entreguerras:

Sabendo que grande parte do território do Oriente Médio estava sob o domínio Otomano até o final da Primeira Guerra, compreender o que sucedeu esse momento é fundamental para se entender o Oriente Médio de hoje.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os franceses, ingleses e russos se aliaram contra o expansionismo alemão, já os otomanos decidiram lutar ao lado da Alemanha. No entanto, os ingleses e seus aliados conquistaram o apoio político dos grupos locais insatisfeitos e viram nos árabes uma boa oportunidade de enfraquecer o inimigo internamente, uma vez que esses grupos eram de minorias étnicas, mas de maioria populacional (OMATI, 2016).

A par disso, no período entreguerras, sabendo que o califado otomano nunca tinha sido de fato aceito, o governo britânico e francês orquestraram a revolta árabe para acabar com o Império e tomarem para si controle daqueles territórios e assim o fizeram (ABOU-ALSAMH, 2016).

Ocorreu então a divisão do Oriente Médio em colônias europeias que se estenderam ao que hoje corresponde aos territórios do Marrocos, da Argélia, da Tunísia, da Líbia, do Egito, do Sudão, Israel e os Territórios Ocupados, Jordânia, Líbano, Síria, Iraque, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, parte do Iêmen e de Omã (SCHIOCCHET, 2011).

O resultado dessa repartição foi uma série de tratados, dentre os quais os mais importantes foram o acordo secreto de Sykes-Picot, em 1916, a Declaração de Balfour, em 1917, o Tratado de Sèvres, em 1920, e o Tratado de Lausanne, em 1923.

Entre esses tratados, um teve destaque para uma questão de extrema importância para o Oriente Médio: a Declaração de Balfour, que se referia à intenção do governo britânico em facilitar o estabelecimento do Lar Nacional Judeu na Palestina caso a Inglaterra conseguisse derrotar o Império Otomano, que ainda dominava aquela região.

A responsabilidade sobre o território palestino foi transferida para o Reino Unido somente no dia 24 de julho de 1922, sob a forma de um mandato da Liga das Nações. Durante esse tempo, a resistência dos palestinos árabes à imigração dos judeus já havia começado e avançava cada vez mais, possuindo até campanhas anti judaicas.

A entrada de centenas de milhares de imigrantes judeus amedrontou os antigos moradores e provocou uma revolta árabe-palestina contra o Mandato Britânico. No entanto, a Inglaterra derrota os revoltosos em um confronto que matou 5 mil árabes e palestinos, 400 judeus e 200 britânicos. Em meio a esse ambiente de hostilidade, em 1948, o líder judeu Ben Gurion proclama a criação do Estado de Israel (ARANTES, 2012).

4.1.3. *Criação do Estado de Israel e a questão palestina*

No cenário histórico do sionismo árabe, movimento internacional judeu que resultou na formação do Estado de Israel, iniciaram-se os complexos conflitos que perduram até hoje nessa região.

Nesse sentido:

A posição dos árabes palestinos era ignorada por otomanos e sionistas. De início, os imigrantes judeus foram recebidos com hospitalidade, mas no final da década de 1880, começaram a surgir atritos em torno de questões de exploração de água e terras férteis (GOMES, 2001).

Não houve melhoras nessa situação no decorrer do tempo e em 1911, a disputa que até então era por áreas agricultáveis, tornou-se também uma luta por oportunidades de trabalho. Embora na época esse conflito não tivesse atingido grandes proporções, com a expansão da imigração judaica, em 1920, o problema ficou alarmante.

Mesmo espalhados pelo mundo, os judeus acalentaram, por muitas gerações, o sonho de voltar à chamada “terra prometida”, desejo esse que ganhou força com o movimento sionista, cujo slogan internacionalmente propagado era de que a Palestina seria “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Entretanto, essa não era a conjuntura observada, já que, segundo estatísticas da ONU, em 1922, a população da Palestina era de 750.000 pessoas, das quais 90% eram árabes (GOMES, 2001).

A partir de 1936, quando as perturbações na Palestina tornaram inviável a continuidade do mandato britânico, esse governo revê sua política de apoio à Organização Sionista Mundial, que por sua vez desenvolve uma dinâmica junto ao governo norte-americano e desencadeia a fundação do Estado de Israel e a primeira guerra árabe-israelense, em 1948.

Foi apenas depois deste período que outros Estados nacionais do Oriente Médio se tornaram independentes, com foco especial no mundo árabe. Desse modo, todos esses processos estão, direta ou indiretamente, ligados à questão da Palestina.

A partilha da Palestina ocorreu em novembro de 1947, um ano antes do primeiro grande conflito árabe-israelense. Nesse momento ocorre a sedimentação do período bipolar e superação da transição que o sistema internacional enfrentava. Assim, já no final da Segunda Guerra Mundial, ocorre a divisão de poder entre EUA e URSS, caracterizando a Guerra Fria.

4.1.4. *Guerra Fria e a proxy war*

Enquanto a primeira metade do século XX foi marcada pelo colonialismo e pelos protetorados europeus no Oriente Médio, o fim da Segunda Guerra Mundial submeteu a região ao cenário da Guerra Fria ou *proxy war* - conflito armado no qual dois países se utilizam de terceiros como intermediários, de forma a não lutarem diretamente entre si - de 1947 a 1991.

Os grupos médio-orientais que se inspiravam no ideal anti-imperialista ou que tinham tendências socialistas buscaram apoio na União Soviética. No entanto, grupos de ideais pan-arabistas e socialistas e algumas elites sociais insatisfeitas com sua posição na política local alinharam-se com a Europa e Estados Unidos, já as elites tradicionais descontentes com os governos de inspiração pan-arabista⁸, nacionalistas ou socialistas foram encontrados, e podem ser vistos até hoje, compondo a oposição a esses governos (SCHIOCCHET, 2011).

Anos depois da primeira guerra árabe-israelense e da criação do Estado de Israel, o Oriente Médio seria palco de uma nova guerra, em 1956, pela posse do canal de Suez, grande rota de comércio na região.

Foi o político que governava o Egito, Gamal Abdel Nasser, que nacionalizou o Canal, desafiou abertamente os britânicos e franceses e proibiu o tráfego de navios israelenses, estreitando o fornecimento de petróleo ao Estado Judeu.

Em resposta a esse acontecimento, Israel, França e Grã-Bretanha organizaram uma ação militar conjunta contra Nasser, que teria sido derrotado se os americanos e soviéticos não tivessem interferido no conflito. Este acabou se resolvendo em um acordo: franceses e britânicos aceitariam a nacionalização do Suez e, em contrapartida, os egípcios garantiriam a todos o direito de utilizar o canal.

A intervenção dos dois países no embate pelo Canal se deu por motivos diferentes: os soviéticos queriam evitar que o Egito fosse novamente controlado pelos europeus aliados dos Estados Unidos e os EUA não estavam dispostos a brigar com os russos pelo Canal de Suez. Essa guerra acabou sendo um exemplo de que não eram os interesses nacionais que delineavam o curso dos acontecimentos, mas sim a lógica da Guerra Fria.

⁸ O pan-arabismo é um movimento político que tende a reunir os países de civilização árabe em uma grande comunidade de interesses comuns, ou seja, um movimento de unificação entre as populações e nações árabes do Oriente Médio e que está fortemente vinculado com o nacionalismo árabe. Pode-se destacar ainda que as origens do movimento podem ser observadas desde a dissolução do Império Otomano, ao final da Primeira Guerra Mundial.

No entanto, havia um fenômeno político que estava acontecendo sem o controle das superpotências, a diáspora palestina, em 1949, quando milhares de palestinos se dispersaram pelo Oriente Médio e pelo mundo e passaram a viver, muitas vezes, em condições precárias. Os Palestinos ficaram como os judeus anos antes, sem um lar definido.

Foi nesse cenário que surgiu o *Al-Fatah*, um grupo que objetivava a destruição do Estado de Israel e a criação de um Estado palestino independente e soberano. A palavra *Fatah* em árabe significa reconquista e, para atingir o objetivo do seu significado, o grupo passou a praticar uma série de ações guerrilheiras contra militares israelenses e atentados contra os civis e introduziu ao Oriente Médio o grande problema do terrorismo.

A partir desses eventos muitos outros se desenrolaram até o final da Guerra Fria, como o surgimento da OLP- Organização para a Libertação da Palestina, a Guerra dos Seis Dias, a Guerra do *Yom Kippur*, a crise no petróleo, entre outros. Todos esses acontecimentos não buscavam mais o equilíbrio entre os EUA e a URSS, mas significavam uma briga de interesses das duas grandes potências ocidentais.

O fim da Guerra Fria acabou com a divisão do mundo em dois blocos ideológicos e permitiu a abertura para novos movimentos pós-polarização, com grande destaque para a Primavera Árabe: a revolução popular que eclodiu em 2011.

4.1.5. *Multipolarização do mundo e a Primavera Árabe*

Desde a queda do Império Otomano, e até mesmo antes dela, o Oriente Médio sofreu influência constante do mundo ocidental, seja por causa do colonialismo, dos protetorados, dos tratados políticos e econômicos, ou por vários outros fatores. Dessa forma, não se pode separar a história do Ocidente da história do Oriente e muito menos caracterizar este último como “atrasado”, visto que ambos interferiram nos processos sociais e históricos um do outro (SCHIOCCHET, 2011).

Assim, é possível afirmar que a chamada Primavera Árabe não é reflexo do contexto político das últimas décadas, muito menos de uma ruptura histórica, e sim de um complexo processo que envolve sociedade, economia, política, religião e outros diversos âmbitos.

O antropólogo Leonardo Schiocchet lista alguns elementos que levaram às rebeliões de 2011:

O que levou médio-orientais, sobretudo árabes, às revoltas de meados de 2011 foram algumas das mesmas forças geradas pouco antes da

queda do Império Otomano, sintetizadas no desejo de autodeterminação. Tais forças fizeram médios-orientais se rebelarem contra o Império Otomano; depois, fizeram com que estes se rebelassem contra os planos europeus na região e contra os líderes locais impostos aos novos Estados nacionais; depois levaram ainda, em alguns casos, às revoltas internas de cunho pan-arabista ou nacionalista – para além de outros conflitos internos de carácter étnico ou religioso, que hoje em geral são também, de uma ou outra forma, fortemente marcados pelo nacionalismo (SCHIOCCHET, 2011).

Todas as revoltas que culminaram na Primavera Árabe comungavam de uma mesma intenção: a de transformar o espaço político da região e trazer uma melhor qualidade de vida para aquele povo.

As forças revoltosas fazem parte de movimentos sociais motivados pelo Islã, que não deve ser tratado apenas como uma religião do Oriente Médio, já que ele é um componente cultural fonte de construção e manutenção de valores locais em geral, além de ser um ícone de liberdade capaz de sustentar a legitimidade de novos regimes de governo no mundo muçulmano (SCHIOCCHET, 2011).

Todavia, alguns estudiosos acreditam que a modernização e o Islã não seriam possíveis lado a lado (KASSIR, 2006). No entanto, as revoluções da Primavera Árabe pretendem mostrar que seria possível organizar um governo árabe segundo e para os próprios árabes e que seria possível também, na prática, ter um governo democrático fundado em valores islâmicos, fazendo surgir uma nova era em todo o Oriente Médio.

Para Leonardo Schiocchet:

(...) a Primavera Árabe se trata justamente de um processo de acomodação de forças (políticas, sociais, étnicas e religiosas) que ainda não emergiu com uma direção definida e que poderá durar muito mais tempo que as revoluções costumam levar. Isso justamente porque revoluções costumam possuir uma ideologia definida, ou ao menos produzir uma tão logo se institua um vácuo de poder (SCHIOCCHET, 2011).

Portanto, há de se entender que mesmo que Primavera Árabe não faça o Ocidente enxergar o Oriente de forma não utópica ou que seu carácter islâmico não resolva problemas como o sectarismo e a política étnica, esse movimento é capaz de reconfigurar a estrutura política e social do Oriente Médio num geral, como já o está fazendo.

4.2.Principais Conflitos Atuais

Em todas as regiões é possível identificar focos de tensão que colocam em risco a paz daqueles que vivem nesses locais de conflito e atualmente há inúmeras áreas

espalhadas pelo globo que se encaixam nesse contexto. Os principais motivos dos conflitos são étnicos, políticos, ideológicos, territoriais, econômicos e de recursos naturais. As invasões e as dominações por outros povos acabaram intensificando essas disputas ao longo dos anos e suas consequências são perceptíveis até o momento (CORRÊA, 2014).

O Oriente Médio, por sua vez, está inserido nessa conjuntura, configurando um dos polos de maior preocupação mundial. Os fatores que colaboram para esse panorama são que as maiores reservas de petróleo estão situadas nesse território e que ele é um produto visado pelos países que desejam a liderança regional. A partir disso, surge a necessidade de analisar as motivações desses atores na busca pela hegemonia local, as quais serão explicadas nos próximos tópicos, por meio de alguns confrontos históricos (MORAES, 2015, p. 13-14).

4.2.1. Arábia Saudita e Irã

A disputa entre os dois países, devido ao grande poder de influência no Oriente Médio, sobretudo no Golfo Pérsico, fomenta conflitos nas regiões vizinhas. A Arábia Saudita e o Irã costumam figurar em lados contrários, como no caso da Síria, do Líbano, do Iraque, do Iêmen e do Bahrein. A tensão cresce cada vez mais pelo fato de defenderem concepções religiosas, econômicas e políticas divergentes. O cerne da questão remonta à forma como cada área se consolidou, por isso a necessidade de analisar historicamente para compreender o problema atualmente (MORAES, 2015, p. 12-13)

O Reino da Arábia Saudita, mais conhecido por Arábia Saudita, com capital em Riad, foi fundado em 1932 por Abd al-Aziz Al Saud, sendo ele o primeiro rei, governando entre 1932 a 1953. Desde sua criação, o país adota a monarquia absoluta teocrática como sistema político, ou seja, o rei ou monarca exerce o poder sem estar subordinado a nenhum órgão e leva em consideração a religião oficialmente adotada. Esta, por sua vez, é o islamismo sunita, sendo o wahabismo com maior número de adeptos (CERIOLI, 2016, p. 28-30).

A República Islâmica do Irã, mais conhecida como Irã, e que por muito tempo foi uma monarquia, é um país com base na cultura persa, uma das civilizações mais antigas do mundo e tem como capital Teerã. Sua localização geográfica possui muita importância e influência nas rotas de comércio, haja vista que o país está situado entre a Europa e a Ásia, com acesso, ao sul, ao Golfo Pérsico e ao Golfo de Omã e tem acesso ao mar Cáspio. A cultura é diversificada, uma vez que abriga diferentes grupos étnicos e linguísticos,

como dos curdos e dos lures⁹, porém, o islamismo xiita e o persa são os considerados como oficiais¹⁰ (CERIOLI, 2016, p. 38-40).

Dessa forma, a concorrência entre eles começou muito cedo, a qual aumentou após a Primavera Árabe. As disputas entre os dois países envolvem vários segmentos, quais sejam a geopolítica, pela liderança no Oriente Médio; a econômica, pelo controle do mercado, em especial do petróleo; a religiosa, entre sunitas e xiitas, sendo esta a de maior destaque e mais antiga (FRANCO, 2012, p. 5).

A divisão entre sunismo e xiismo remete aos primeiros séculos do Islã e apesar de serem as duas principais vertentes, também existem outras formas de pensamento islâmicas. Pode-se dizer que uma das principais diferenças está “na interpretação sobre quais descendentes do Profeta Maomé tinham legitimidade para assumir o papel de autoridade religiosa e guia do Islamismo.” (FRANCO, 2012, p. 6).

A fim de proporcionar uma melhor compreensão, os momentos históricos entre Irã e Arábia Saudita podem ser divididos em quatro, quais sejam: a) o período entre 1950 a 1979, antes de consolidar a rivalidade, em que ambos eram aliados dos Estados Unidos da América (EUA); b) de 1979 a 1990, sendo perceptível a ameaça; de 1990 a 2003, em que houve um abrandamento; c) de 2003 aos dias atuais, com rivalidade mais direta (CERIOLI, 2016, p. 12).

No primeiro momento, ambos representavam as maiores monarquias apoiadas pelos EUA, no contexto da Guerra Fria. Durante esse período, o Oriente Médio estava dividido em dois: por um lado, estavam o Egito, comandado por Nasser, e a Síria, ambos países nacionalistas revisionistas apoiados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); por outro, grupos de monarquias e regimes conservadores, como Irã e Arábia Saudita, apoiados pelos EUA (ALTORAIFI, 2012, p. 103).

No entanto, a tensão foi aumentada no final dos anos 70, com o início da Revolução Iraniana, marcada pelo retorno do aiatolá¹¹ Ruhollah Khomeini, após 14 anos de exílio. De início, houve apoio de maioria da população, provocando a queda da monarquia e a fuga do xá¹² Reza Pahlevi, sendo estabelecida uma República Islâmica em

⁹ São um grupo étnico, de maioria islâmica xiita, com origens culturais turcas, iranianas ou caucasianas.

¹⁰ De acordo com a Constituição da República Islâmica, religiões como Cristianismo, Judaísmo e Zoroastrismo também são aceitas, no entanto, só a religião islâmica é aceita como oficial.

¹¹ É considerado sob as leis do Islã xiita o mais alto dignitário na hierarquia religiosa. Significa “sinais de Alá” ou “sinais de Deus”.

¹² Era um título de nobreza dos monarcas da Pérsia.

1º de abril de 1979. Esta criticava o Ocidente, em especial os EUA, pelo apoio que foi dado ao xá, deixando a relação entre os países abalada (DELLAGNEZZE, 2012, p. 10).

Foi esse cenário que deu início a segunda fase da rivalidade, em que houve uma disputa para alcançar a hegemonia na região. Ambos estavam tentando redefinir suas percepções, identidades estatais e políticas externas, fazendo com que cada um denominasse o outro de inimigo, o que quase causou o embate direto (ALTORAIIFI, 2012, p. 89-90).

Essa mudança da postura do Irã gerou insatisfação no governo saudita, o qual passou a apoiar Saddam Hussein na Guerra Irã-Iraque, em 1980 e em 1987, quando muçulmanos iranianos protestaram contra a Arábia Saudita, gerando um tumulto e a morte de mais de 400 pessoas, durante a peregrinação Hajj¹³, em Meca. Ambos passaram a se acusar e romperam laços diplomáticos (TERRIL, 2011, p. 6 apud CERIOLI, 2016, p. 14).

Após esse momento conturbado, entre 1990 a 2003, os líderes políticos iranianos que subiram ao poder, procuraram inserir novamente o Irã no cenário da política internacional, por meio da cooperação econômica com seus vizinhos. Apesar da Arábia Saudita ser contra o Irã propagar seus ideais revolucionários, ter apoiado a invasão do Iraque e manter aliança com os EUA, em 1997 pela primeira vez o presidente iraniano Ali Rafsanjani concordou em receber o Príncipe Coroado Abdullah. Nesta ocasião, ambos concordaram que iam procurar estabilizar a relação, cumprindo o que havia sido estabelecido (ALTORAIIFI, 2012, p. 156-157).

Essa conjuntura pacífica foi abalada, em 2003, após a invasão do Iraque pelos EUA, uma vez que após a queda do governo de Saddam Hussein ambos voltaram a se encarar como ameaças, pois desejavam ser vistos como líderes na região do Golfo (JAHNER, 2012, p. 43-45). O agravo seguinte aconteceu em 2005, com a eleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, devido ao programa nuclear iraniano, fazendo a Arábia Saudita suspeitar de um embate direto entre EUA e Irã na região do Oriente Médio (FRANCO, 2012, p. 16).

A situação voltou a piorar após mais de uma década, com o desenrolar da Primavera Árabe¹⁴, causando a divisão do Oriente Médio em dois polos. De um lado,

¹³ É feita anualmente à cidade Meca, considerada sagrada pelos muçulmanos.

¹⁴ Como visto anteriormente, é o termo usado para designar os acontecimentos que começaram em 2011 no norte da África e no Oriente Médio, principalmente no Egito, na Tunísia e na Líbia. Foram instigados pela insatisfação popular pela demora nas reformas políticas.

estão os atores contrários a hegemonia ocidental, no caso o Irã, o Hezbollah libanês, a Síria e o Hamas palestino. Por outro lado, estão os países que apoiam as políticas ocidentais, como os EUA, a Arábia Saudita, o Egito, Israel e a Jordânia (VISENTINI; ROBERTO, 2015, p. 74). Nos desdobramentos causados por essas mudanças, como os conflitos que alguns países¹⁵ enfrentam, a Arábia Saudita e o Irã sempre demonstram apoio a grupos distintos, elevando a tensão regional.

No início de 2016, o regime saudita executou 47 pessoas, sob acusação de terrorismo, incluindo o clérigo xiita Nimr Baqr al-Nimr, o qual era da Arábia Saudita e criticava as autoridades de seu país devido às opressões sofridas por sua corrente religiosa. Esse ato revoltou a população do Irã, que invadiu e ateou fogo na embaixada saudita em Teerã. O resultado foi o rompimento nas relações diplomáticas, em que o governo saudita ordenou a saída de todos os diplomatas do Irã (EL PAÍS, 2016).

4.2.2. A Guerra Civil no Iêmen

A República do Iêmen foi criada em 22 de maio de 1990, sendo resultado da unificação entre a República Árabe do Iêmen – ou Iêmen do Norte –, que se tornou independente do Império Otomano em novembro de 1918, e a República Democrática do Iêmen – ou Iêmen do Sul –, que se tornou independente do Reino Unido em 30 de novembro de 1967. O primeiro a assumir o cargo de presidente foi o mesmo que já governava o Iêmen do Norte desde 1978, Ali Abdullah Saleh e seu governo pode ser descrito como cleptocracia¹⁶. A partir disso, surgiram sérios problemas na região, pertinentes até agora (VISENTINI et al, 2012, p. 67-68).

O primeiro que pode ser descrito, é a guerra civil de 1994, a qual foi desencadeada pelo fato da unificação não ter sido totalmente satisfatória. O Iêmen do Sul considerava que seus interesses estavam sendo ignorados, o que gerou um levante popular de caráter separatista majoritariamente não violento, mas ele foi reprimido pelas forças que antes pertenciam ao Iêmen do Norte. Apesar disso, o movimento continuou existindo e ganhou

¹⁵ No Iêmen, a Arábia Saudita apoia o governo e o Irã apoia os rebeldes *houthis* (membros de um grupo que seguem uma corrente do Islamismo chamada zaidismo). Na Síria, o Irã apoia o presidente Bashar al-Assad e a Arábia Saudita enviou ajuda financeira e militar aos rebeldes. No Líbano, o Irã apoia o Hezbollah e a Arábia Saudita apoia o governo.

¹⁶ Termo para designar um governo cujo objetivo é o roubo de capital de um país e de seu bem-comum. Ocorre quando uma nação deixa de ser governada por um Estado de Direito imparcial e passa a ser governada pelo poder discricionário de pessoas que tomaram o poder político nos diversos níveis e que conseguem transformar esse poder político em valor econômico, por diversos modos.

novas proporções em 2007, após os ex-membros do exército do Sul receberem pensões baixas (VISENTINI et al, 2012, p. 68-69).

Por ser um dos países mais pobres e com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – da região árabe (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016), o país enfrenta problemas como subnutrição, corrupção e desemprego, o que favorece o desenvolvimento de atividades ilícitas como o tráfico humano, de drogas e armas.

Essa situação é agravada pela presença marcante da Al-Qaeda da Península Arábica (AQPA), considerada uma das organizações mais perigosas devido suas técnicas de combate, gerando maior insegurança. Desde 2001, o governo dos EUA se uniu ao governo iemenita para frear a expansão do grupo, declarando uma guerra aberta contra a organização fundamentalista islâmica. Os americanos oferecem auxílio financeiro e treinamento, requerendo que o Iêmen não seja leniente e que coopere com as investigações necessárias (VISENTINI et al, 2012, p. 69).

Outro problema significativo é a longa guerra civil contra os rebeldes *houthis* do Norte, os quais foram considerados como terroristas por Saleh. Eles se constituíram como um grupo político durante os anos de 1990 e fazem parte da seita xiita zaidita¹⁷, alegando serem marginalizados pelo governo central. Os protestos começaram em 2003 na província de Saad e eram de forma não violenta. No entanto, eles começaram a ser armados em 2004, quando alegaram que o governo agiu em prol dos interesses americanos. Diante disso, o presidente passou a prender os manifestantes, desencadeando uma guerra (VISENTINI et. al, 2012, p. 69).

Esse cenário foi agravado em 2011, quando os acontecimentos na Tunísia começaram a influenciar regiões vizinhas, desencadeando a Primavera Árabe, chegando ao país e revelando o quanto a população estava insatisfeita no que diz respeito à economia e à política (CLAUSEN, 2015, p. 17 apud CERIOLI, 2016, p. 70). Como vários manifestantes aderiram aos protestos, o governo passou a reprimi-los, causando a morte de civis e deixando a população em choque, o que provocou maior apoio na deposição de Saleh. Os protestos passaram a ser apoiados pelos *houthis*, no norte do país, e pelo movimento separatista do sul, o Hirak¹⁸.

¹⁷ É uma dissidência antiga do xiismo, predominante no norte do país. Muitas vezes são descritos como extremistas.

¹⁸ Surgiu da insatisfação dos militares e oficiais sulistas após a derrota na guerra civil de 1990. Inicialmente demandava ressarcimentos dos danos da guerra, mas passou a apoiar a retirada do Presidente Saleh, pelo fato da concentração de poder em suas mãos.

No final do mesmo ano, Saleh foi pressionado pela Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia e EUA a assinar um acordo proposto pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o qual propunha a saída do presidente, após 33 anos no poder, sem ser julgado por crimes de guerra. Essa proposta não foi bem recebida por boa parte da população, pois não consideraram que houve justiça, uma vez que não ele não iria responder pelas mortes causadas. Abd-Rabbu Mansour Hadi, vice-presidente desde 1994, assumiu o poder em fevereiro de 2012, após a eleição de candidatura única (VISENTINI et. al, 2012, p. 70-71).

O governo de Hadi também não agradou a população, pois muitos consideravam que não houve uma mudança nas políticas tradicionais do país, tornando-o um líder incapaz de promover o desenvolvimento econômico e a segurança da população. Enquanto isso, os rebeldes *houthis* ganhavam mais força e em fevereiro de 2015 conseguiram tomar a capital Saná e prenderam o presidente em domicílio. No entanto, ele conseguiu fugir para Riad e pediu que os sauditas fizessem uma intervenção militar no Iêmen, começando em março daquele ano (CERIOLI, 2016, p. 75-76).

A partir do que já foi exposto, é possível afirmar que o Iêmen desempenha um papel importante no Oriente Médio e interessa os outros países devido a questão da segurança, haja vista ter sua posição geograficamente estratégica para o comércio (MORAES, 2015, p. 97). Isso pode ser demonstrado pela maneira como os outros países tentam influenciar na sua política interna.

Para exemplificar a afirmação acima, o Irã tem sido apontado como um dos principais financiadores dos *houthis*, principalmente após a intensificação da Primavera Árabe. No entanto, ele nega o grupo como um *proxy* seu no território, para evitar qualquer envolvimento no conflito. Um dos motivos para essas acusações é para classificar esses rebeldes como mais um grupo militar xiita, liderado por Teerã, que integraria o “Crescente Xiita”¹⁹. De fato, ambos não costumavam ter relações muito próximas, uma vez que o Iêmen apoiou o Iraque durante sua guerra nos anos 1980, fazendo com que o Irã sustente que o apoio é somente ideológico²⁰ (CERIOLI, 2016, p. 76-79).

A Arábia Saudita, por sua vez, sempre procurou deixar explícita a preocupação com a segurança no Iêmen, uma vez que interfere na segurança do Golfo. Com os

¹⁹ Termo cunhado em 2004 pelo rei Abdullah II da Jordânia, fazendo referência a uma região do Oriente Médio, onde há uma minoria xiita da população que procura se expandir.

²⁰ É válido deixar claro que não são necessariamente verdadeiras as acusações de que o Irã estaria financiando o Iêmen, haja vista não haver provas consistentes.

acontecimentos da Primavera Árabe, o cuidado foi aumentado, pois havia o temor do crescimento do fluxo migratório dos iemenitas para a região saudita, além da possibilidade da queda do governo, podendo causar um caos generalizado. Dessa forma, os sauditas procuraram estabelecer relações com os líderes políticos e com os sheiks tribais (CERIOLI, 2016, p. 82-83).

Após três anos de conflitos intensos, as condições do Iêmen são catastróficas, piorando a vida de 13.1 milhões de pessoas. Um relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2018) indicou que em janeiro de 2018 cerca de 22,2 milhões de iemenitas precisavam de ajuda.

Essa situação aumenta o risco de fome da população, que já soma 8,4 milhões nessa situação. Ademais, desde abril de 2017, é crescente o número de pessoas acometidas pela cólera, fazendo a ONU classificar esse cenário como a pior crise humanitária no mundo. A Arábia Saudita, por exemplo, desde 2015 tenta dar apoio ao governo para conter os rebeldes *houthis* xiitas, que estão com o controle de Saná, capital do país (UOL, 2018).

4.2.3. A Guerra Civil na Síria

As reivindicações por abertura política na Síria em 2011, que poucos meses depois se transformaram numa guerra civil, foram desencadeadas no seio da Primavera Árabe. Sofrendo dura repressão por parte das tropas governamentais, os sírios se insurgiam contra a ditadura e a falta de liberdades individuais que careciam no país desde 1971, quando Hafez al-Assad assumiu o poder, eliminando as oposições políticas e burocratizando a estrutura estatal (ZAHREDDINE, 2013).

No início do Século XX, a Síria não era um Estado autônomo. Durante a Primeira Guerra Mundial, ainda sob o domínio do Império Otomano, alguns grupos nacionalistas e de cunho anti-imperialistas se fortaleceram, e se aliaram aos franceses e aos britânicos no ensejo de desarticular os otomanos e culminar num Estado independente. Por outro lado, a França e a Grã-Bretanha visavam consolidar suas influências políticas e econômicas na região (DEMANT, 2015).

O inimigo em comum e a intersecção dos interesses resultaram no pedido de apoio aos sírios pelos ingleses durante a Primeira Guerra Mundial, que, em contrapartida, caso vencessem a guerra, dariam diversas concessões aos sírios, como a devolução das terras sob o domínio otomano (SCHIOCCHET, 2011, p. 48).

Entretanto, após a desarticulação do Império Otomano e o fim da guerra, os britânicos e os franceses celebraram um acordo secreto denominado “Sykes-Picot”, que determinava a partilha dos territórios árabes entre os franceses e os ingleses (DEMANT, 2015, p. 88). Logo em seguida, a França recebeu da Liga das Nações o mandato da Síria e do Líbano, frustrando o movimento de independência sírio (ZAHREDDINE, 2013, p. 8).

No intento de se consolidar no poder, evitando o fortalecimento de grupos de cunho nacionalista, a França governou sob a estratégia de separar para unir. Assim, partindo do critério religioso, dividiu a Síria em seis províncias (ZAHREDDINE, 2013, p. 9). A configuração territorial determinada à época foi determinante para a atual configuração geográfica do Oriente Médio. Salameh (2016) afirma que a política adotada pela França é crucial para entender o atual panorama político da Síria, bem como o porquê da resistência do Partido Ba’ath e da família al-Assad no poder.

A partir de 1925, com a eclosão da Revolta Árabe, o mandato francês passou a se enfraquecer, e os grupos que levantavam a bandeira do anti-imperialismo e do nacionalismo árabe voltaram aos holofotes, culminando na independência da República da Síria, em 17 de abril de 1946 (SCHIOCCHET, 2011, p. 56). À época, o mundo se dividia em dois blocos: capitalista e socialista. Os países árabes recém-saídos do processo de descolonização passaram a se aliar aos países de acordo com os seus interesses. Em razão da disputa por influência das potências mundiais, o Oriente Médio se tornou uma verdadeira “guerra por procuração”²¹, principalmente em função do seu potencial energético (PAUTASSO, ADAM & LIMA, 2015).

Após a independência e antes da chegada de Hafez al-Assad ao poder, a Síria estava mergulhada num profundo cenário de instabilidade política. Entre 1949 e 1970, o país há havia sido palco de vinte golpes militares, quase um a cada ano (SALAMEH, 2016, p. 28). Em fevereiro de 1971, Hafez chega ao poder por meio de uma eleição de candidatura única, assim permanecendo até 2000, ano de sua morte.

Nesse contexto, as ideias do partido Ba’ath aproximaram os sírios dos soviéticos, revelando as raízes da atual aliança entre Bashar al-Assad e Vladimir Putin. Além de ter mantido um aparato estatal que fosse favorável ao seu regime, Hafez conferia muitos direitos à minoria religiosa que pertencia, os alauitas. Segundo Zahreddine (2013, p. 12):

²¹ A guerra por procuração acontece quando dois países disputam influência indiretamente, no território de outro país. O exemplo emblemático é a União Soviética e os Estados Unidos, durante a Guerra Fria.

Este caráter minoritário sempre esteve presente no seu governo, pois constantemente buscava formas de governabilidade que permitisse a ascensão socioeconômica e política de sua minoria (os alauitas), bem como dos cristãos e drusos, em detrimento da maioria sunita. Este breve retrato das sucessões presidenciais na Síria revela a complexidade da composição política no país, sendo que, somente a partir de 1971 o presidente Hafez al-Assad cria as condições para controlar mais firmemente as forças armadas e os principais grupos político-confessionais do país. **A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011.** (grifo nosso)

Com a morte de seu pai, em 2000, Bashar al-Assad tinha pretensões iniciais de realizar modernizações na estrutura política e econômica do país, principalmente por ter estudado no Ocidente. Assad era visto pelo restante do mundo como um presidente modernizador, considerando pequenos avanços como a abertura de mais jornais e universidades privadas e o combate à corrupção (MELLO, 2017). Na prática, a tendência liberalizante de Bashar foi freada pelos interesses das elites locais de manter o monopólio de setores estratégicos da economia, além da herança extremamente burocrata que a estrutura estatal criada por Hafez deixou (MOHAMMED, 2016).

Com a eclosão da Primavera Árabe, diversos atores surgiram no conflito sírio, cada um com seus próprios interesses. Ao contrário dos outros países que também foram palco das mobilizações, o conflito sírio tomou outras dimensões quando as grandes potências regionais e globais passaram a intervir na guerra (RICCI, 2016).

Bashar al-Assad pertence a uma minoria xiita, os alauitas. De plano, evidencia-se o caldeirão e o cerne das controvérsias no país: o chefe de Estado pertence a um grupo minoritário, enquanto o restante da população é majoritariamente sunita. A nível regional, revela-se essa politização do Islã no caso da Arábia Saudita, potência sunita apoiada pelos Estados Unidos e Turquia, que fornece armamentos aos grupos terroristas com a intenção de desarticular o governo de Bashar al-Assad (BBC, 2015). Do outro lado, está a potência xiita e histórico aliado sírio, o Irã; e a potência europeia-asiática, a Rússia.

No tocante aos russos, a Síria possui estreita relação desde a União Soviética, quando ganharam uma base naval em Tartus, e também em função da compatibilidade ideológica (ZAHREDDINE, 2013, p. 17). Tal base é a única instalação russa no mar Mediterrâneo. No âmbito do Conselho de Segurança (CSNU), a Rússia é bastante estratégica por possuir poder de veto, não permitindo a aprovação das resoluções que condenam as atitudes do governo de Bashar al-Assad (MELLO, 2017).

Além desses atores mencionados, há dois grupos que lutam em causa própria: os terroristas e os curdos. Para esses, todos os beligerantes são inimigos, na perspectiva de que o seu interesse não é substituir o governo de Bashar por outro, e sim ter o próprio governo. Os terroristas, por sua vez, veem a guerra civil como um cenário favorável para o avanço da conquista territorial, na medida em que está desestruturando o país e deixando-o vulnerável para a tomada do poder.

Nesse sentido, complementa Mello (2017, p. 23) que se tornou muito difícil diferenciar os legítimos opositores ao regime daqueles grupos jihadistas que queria impor a sharia à força. Com isso, Bashar usava essa obscuridade como uma desculpa para oprimir os sunitas de maneira desenfreada.

4.2.4. O Conflito Catar-CCG

O Estado do Catar, mais conhecido como o Catar, com capital em Doha, é uma monarquia constitucional islâmica governada pela Casa de Thani desde o século XIX, que conquistou sua independência em 1971, após um período sendo protetorado britânico. Por ser detentor de uma das maiores reservas de gás natural e petróleo do mundo, desempenha um papel importante como um jogador modificador da geopolítica no Oriente Médio e na África Muçulmana (ETHESHAMI, MOHAMMADI, p. 02).

Durante a década de 1980, a fragmentação da ordem regional árabe e a corrosão de uma base ideológica que se liga aos países do Oriente Médio, estimularam as nações do Golfo Pérsico a usar seu considerável poder financeiro para exercer uma influência mais ampla na região. Nesse ínterim, cria-se em 1981, o Conselho para a Cooperação do Golfo (CCG), uma organização sub-regional disposta a promover a união entre os países do Golfo Pérsico no escopo de proteger a sua segurança e promover a cooperação econômica, face à instabilidade e a polarização do mundo árabe a época (ETHESHAMI, MOHAMMADI, p. 03).

Em 1995, com a ascensão ao poder do Emir Hamad bin Khalifa por um golpe de Estado, houve uma mudança de rota na política externa catariana. Hamad acreditava que para a preservação da segurança do Catar, o país precisava deixar de ser um apêndice da Arábia Saudita e passar a ser um concorrente desta na região. A partir de então, o país passou a usar seus amplos recursos financeiros para efetivar uma política externa caracterizada pela ampliação do relacionamento com inúmeros atores regionais no

Oriente Médio, em forte contradição com as políticas de Arábia Saudita e outros membros do GCC (UNIT, STUDIES, 2017, p. 07).

Ao passo em que o Catar foi capaz de construir relações robustas com o Estados Unidos²², de forma simultânea abriu conversações com os inimigos de Washington e com correntes islâmicas mais radicais. Destaque-se o financiamento e o apoio político de Doha a grupos islâmicos politicamente ativos e às vezes violentos, a exemplo da Irmandade Muçulmana²³ (UNIT, STUDIES, 2017, p. 08).

Além disso, o Catar foi acusado a partir daí pelos países do CCG de ameaçar a segurança da região do Golfo por fomentar a ação de grupos terroristas, principalmente quando permitiu a hospedagem de funcionários do Talibã afegão e do Hamas²⁴. O governo do Catar sempre justificou essas ações por considerar importante a sua ação na mediação nos conflitos regionais, além de servir como fortalecimento de seu papel como ator global, representando esses grupos junto à comunidade internacional (HARB, 2017, p. 14).

O uso da *Al Jazeera*, principal rede de televisão do governo do Catar para criticar os líderes do Egito, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita é outro grande fator de instabilidade política na região do Golfo Pérsico. A cobertura hostil da rede de comunicação catari ao governo saudita levou Riad a retirar seu embaixador de Doha entre 2002 a 2008 para pressionar o governo do Catar. Já em 2014, as críticas da TV catari aos governos do Egito e dos Emirados Árabes Unidos teve como resposta a saída dos embaixadores da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Bahrein de Doha, em protesto pela cobertura jornalística utilizada contra os líderes destas nações (UNIT, STUDIES, 2017, p. 08).

²² Desde 1992, os Estados Unidos e Catar firmaram um Acordo Formal de Cooperação e Defesa (DCA) que autorizou a presença de tropas americanas no Catar, liberalizou a vendas de armas dos EUA para o Catar e previu o treinamento militar das Forças do Catar pelos norte-americanos. Sob o DCA, o Catar hospeda cerca de 10.000 soldados americanos e a sede regional do Comando Central dos EUA (CENTCOM), incluindo também a base aérea de Al Udeid, a maior base militar norte americana no Oriente Médio. Frise-se ainda que o Catar foi uma das principais locais de lançamento da invasão ao Iraque em 2003.

²³ Fundada no Egito em 1928, a Irmandade Muçulmana é considerada o modelo de organização muçulmana por todos os movimentos islâmicos de orientação sunita. Presente em todo o mundo, essa associação busca promover a reforma do Islã com a finalidade de restaurar a sua pureza doutrinária.

²⁴ Criado em 1987, como um braço palestino da Irmandade Muçulmana, o Movimento de Resistência Islâmica, mais conhecido como Hamas é uma organização islâmica fundada nos territórios ocupados durante a Intifada e que possui como principais objetivos o de criar um estado islâmico palestino no lugar de Israel, a rejeição da presença de qualquer instituição ou componente ocidental nos países muçulmanos e a oposição a secularização e a ocidentalização da sociedade árabe.

As boas relações entre o Catar e o Irã são uma outra fonte de tensão com as monarquias sunitas do Golfo, devido à ameaça crescente a sua segurança interna. Em 2006, os cataris votaram contra a resolução 1696 do CSNU pedindo que o Irã suspendesse seu programa de enriquecimento nuclear. A amistosidade da relação entre cataris e iranianos se deve especialmente pela fraqueza militar do Catar em relação ao Irã e o interesse econômico em manter cooperação com estes, já que ambos compartilham o maior campo de gás natural do mundo (HARB, 2017, p. 21-22).

Com o passar do tempo, a Primavera Árabe também colocou o Catar e os países aliados da Arábia Saudita em lados opostos: o Catar apoiou a onda revolucionária e a Arábia Saudita se opôs fortemente a ela, levando a uma competição regional entre as monarquias sunitas²⁵. No Egito, os sauditas apoiaram Hosni Mubarak, enquanto que o Catar apoiou a Irmandade Muçulmana e seu órgão político, o Partido da Liberdade e da Justiça. Na Líbia, os sauditas e seus aliados do GCC apoiaram líderes militares seculares como o general Khalifa Hiftar, enquanto o Catar e a Turquia apoiaram grupos islâmicos com sede em Misrata, estimulando assim a guerra civil da Líbia.

Em março de 2014, houve mais um capítulo na crise entre o Catar e os países do bloco: durante uma reunião do GCC, os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita e o Bahrein anunciaram a retirada dos seus embaixadores de Doha, denunciando que o Qatar estava interferindo em seus assuntos internos. A crise foi contornada em novembro do mesmo ano e o Catar se propôs a colocar em prática o Acordo de Riad, que comprometeu os cataris a se abster de apoiar a Irmandade Muçulmana, assim como, não interferir nos assuntos internos dos países membros do GCC (UNIT, STUDIES, 2017, p. 07).

A partir daí uma série de episódios marcaram o estopim da grave crise que iria envolver o Catar e os países do GCC. Em primeiro ponto, em abril de 2017 o governo catari irritou as nações do bloco ao autorizar o pagamento de US\$ 700 milhões ao Irã e ao Hezbollah, em troca da liberdade dos membros do rei do Catar que haviam sido sequestrados no Iraque (UNIT, STUDIES, 2017, p. 09).

Em segundo ponto, em maio do mesmo ano, a visita do presidente Donald Trump à Arábia Saudita, foi lida pelos governos egípcio, saudita e emiradi como uma sinalização para que eles punissem o Catar pelo apoio a grupos islâmicos radicais. Trump firmou um compromisso incondicional com o governo de Riad e seus aliados, para combater o Irã e

²⁵ Na Guerra Civil da Síria, por exemplo, a disputa entre a Arábia Saudita e Qatar os levou a apoiar grupos diferentes e muitas vezes concorrentes. A exemplo, na área que cercou Damasco, Riad forneceu dinheiro e armas para Jaysh al-Islam, enquanto o Qatar apoiou seu rival Faylaq al-Rahman.

os grupos extremistas radicais, sinalizando que o governo norte-americano iria tomar medidas para colocar a política externa catari de volta aos eixos ditados por seus interesses (UNIT, STUDIES, 2017, p. 09).

Ainda, em terceiro ponto, um grupo de hackers invadiram o site da Agência de Notícias do Catar e outras plataformas de mídia do governo catari e publicaram uma suposta notícia em que o Emir do Catar Sheikh Tamim bin Hamad Al Thani teria expressado apoio ao Irã, ao Hamas, ao Hezbollah e a Israel e criticou a retórica hostil dos EUA e das monarquias do Golfo para com os iranianos (KHARROUB, 2017, p. 49).

A suposta declaração gerou críticas severas por parte dos países do bloco do Golfo Pérsico e no dia 5 de junho de 2017, a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e o Bahrein, o Egito, o reconhecido governo do Iêmen e as Ilhas Maldivas, anunciaram separadamente o corte de suas relações diplomáticas com o Catar (UNIT, STUDIES, 2017, p. 10).

Em paralelo a tal atitude, uma série de ações diplomáticas foram tomadas: houve a expulsão dos diplomatas do Catar de seus respectivos países, a retirada de seus embaixadores de Doha e os governos saudita e emiradi passaram a impor limites sobre a entrada e o trânsito de cidadãos, navios e aviões do Catar em seu espaço territorial, marítimo e aéreo.

O banco central saudita desaconselhou as suas instituições financeiras a realizarem transações com os bancos do Catar. As forças do governo catariano foram expulsas da intervenção militar liderada pelos sauditas no Iêmen. A acusação era uma só: o governo do Catar apoiava grupos terroristas islâmicos e dava respaldo às intervenções regionais do Irã, ameaçando a segurança interna das monarquias sunitas do Golfo Pérsico (UNIT, STUDIES, 2017, p. 10).

O Catar criticou frontalmente a decisão e afirmou que tais ações eram um atentado à sua soberania e que a postura saudita era contraditória – se por um lado a Arábia Saudita acusava o governo catari de apoiar o Irã; por outro, o Catar financiou extremistas sunitas que lutavam contra os iranianos. Além disso, o governo catari reafirmou sua postura de combate ao terrorismo, afirmando que lutou contra a Al-Qaeda junto aos Estados Unidos durante a invasão do Iraque em 2003 e estava empreendendo todos seus esforços no combate ao Estado Islâmico (UNIT, STUDIES, 2017, p. 11).

As reações globais também não tardaram a acontecer: os EUA enviaram seu secretário de Estado Rex Tillerson para mediar a disputa. A Turquia além de pedir que a

crise se resolvesse com diálogo. Além disso, aprovou em seu Parlamento que tropas turcas se instalassem no território do Catar. Rússia e Irã pediram o enfrentamento da crise pela via da mediação e da racionalidade (HARB, 2017, p. 17).

No dia 23 de junho de 2017, mediadores do Kuwait em Riad apresentaram 13 demandas para o governo do Catar, incluindo o encerramento da rede de televisão *Al Jazeera*, o corte das relações com os grupos terroristas, a redução das relações com o Irã, o fechamento da base militar turca no Catar e a compensação de eventuais perdas financeiras sauditas. Em 3 de julho, o governo catari respondeu a partir do representante do Kuwait dizendo que acataria algumas das reivindicações, mas que não se renderia às pressões externas (DOUMAR; PATEL; SMITH, 2017, p. 35-36).

Após alguns dias, em 5 de julho, houve a reformulação de alguns desses pedidos, a partir de seis amplos princípios ao qual o Catar se comprometeria a combater o terrorismo e o extremismo, evitando seu financiamento e se absteria de se intrometer nos assuntos internos dos Estados do CCG. Nessa toada, houve uma leve abertura: peregrinos de Doha foram autorizados a visitar o Reino saudita e alguns países que se solidarizaram com o bloqueio saudita, como o Senegal, que restabeleceu as relações com o Catar (DOUMAR; PATEL; SMITH, 2017, p. 40).

Em setembro de 2017, a troca de acusações entre os governos de Riad e Doha, levou a um novo fechamento do diálogo diplomático: nos esforços em empreender uma conciliação entre o governo catari-saudita para resolver a crise, o presidente Trump conseguiu organizar um telefonema entre o Ministro das Relações Exteriores catari Amir Tamim e o príncipe saudita Mohammad bin Salman. Contudo, a conciliação logo cessou, quando ambas as partes disputavam sobre quem havia iniciado as negociações. (ULRICHSEN, 2018, p. 04).

Assim, na cúpula do CCG ocorrida em outubro do mesmo ano, só o Catar e o Kuwait mandaram suas principais autoridades para a reunião, transformando-se num espaço para o governo catari resistir às demandas sauditas. Em dezembro, a Arábia Saudita fechou de vez a fronteira de Salwa para o Catar, demonstrando que a crise entre Doha, Riad e os países do CCG está longe de ter uma resolução (ULRICHSEN, 2018, p. 04).

Atualmente, o Catar restaurou suas relações diplomáticas com o Irã, recebendo continuamente alimentos e matérias-primas dos iranianos. Como sede da Copa do Mundo da FIFA em 2022, embora o país esteja ameaçado pelo bloqueio econômico dos países do CCG, os responsáveis pelos preparativos da competição consideram que não há

nenhum risco de um possível “plano B” e os obstáculos logísticos estão sendo superados (REUTERS, 2018).

Ainda pendente de um desfecho, a crise entre o Catar e os países do CCG possui um enorme potencial de desestabilizar a turbulenta região do Golfo Pérsico. Seus desdobramentos são essenciais para o enfrentamento das organizações extremistas islâmicas e, sobretudo, nos esforços para manter a estabilidade regional no Oriente Médio e na África Muçulmana.

4.2.5. *A Crise Política no Líbano*

A República do Líbano, reconhecido como Líbano, com capital em Beirute é um Estado cuja perspectiva geopolítica é estratégica e ao mesmo tempo de potencial perigo para a sua segurança interna, por ser palco de conflitos políticos e ideológicos providos de outros impasses que, muitas vezes, se transformam nas guerras por procuração (SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 786).

O país segue um sistema político confessional, surgido a época do Pacto Nacional em 1943, a qual dividiu proporcionalmente o poder político do país entre as comunidades religiosas, de acordo com a representação numérica da população²⁶. Dessa forma, manteve-se uma tradição política em que o Presidente da República deve ser um cristão maronita²⁷; o Primeiro-Ministro é um muçulmano sunita; e o Presidente da Assembleia Nacional, um muçulmano da comunidade xiita. Tal configuração política tem como consequência a persistente instabilidade política desse importante Estado, assim como a própria internacionalização dos conflitos (SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 791-792).

²⁶ Com o fim da colonização francesa no Líbano em 1941, era fundamental a composição entre forças políticas rivais para construir as bases de um novo país. O Pacto Nacional foi o resultado desta negociação, consolidando o poder das novas elites políticas divergentes que participaram da independência libanesa. Assim, este acordo foi caracterizado pela renúncia dos cristãos em se vincular as potências ocidentais, enquanto os muçulmanos abriram mão de qualquer projeto de união entre o Líbano e a Síria ou mesmo, qualquer pan-arabismo que colocasse em risco a existência do Estado libanês independente. Também se dividiu a população libanesa entre 18 comunidades religiosas, sendo elas 06 seitas muçulmanas (em volume populacional: xiitas, sunitas, drusos, ismaelitas, alauitas e nusair) e 12 seitas cristãs diferentes (em ordem numérica: católicos maronitas, gregos ortodoxos, melquitas católicos, armênios ortodoxos, sírios católicos, armênios católicos, sírios ortodoxos, tuitcatólicos romanos, caldeus, assírios, coptas e protestantes).

²⁷ No Líbano, os maronitas são a principal denominação cristã existente no Líbano, possuindo como principal característica oposta a outras comunidades católicas a autonomia no uso dos ritos e leis canônicas, bem como, a utilização do árabe e do aramaico em sua liturgia. É um fator de equilíbrio de poder no país, graças ao Pacto Nacional de 1943 e os Acordos de Taif em 1990, pois desde a edição desses acordos a Presidência da República é pertencente a um cristão maronita. Dessa forma, este grupo tem bastante poder no jogo político libanês, seja formando ou dissolvendo governos e através da prerrogativa do Presidente da República, ser comandante-em-chefe das forças armadas.

O fim da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), foi marcada pela assinatura dos Acordos de Taif, intermediado pela Arábia Saudita e os EUA, e reafirmou o sistema político confessional, assim como ampliou a interferência síria nas questões internas do Líbano. Ao mesmo tempo, Israel continuava a sua ingerência em terras libanesas, no esforço de aniquilar o poder de fogo do Hezbollah²⁸. Todavia, as ações militares israelenses no território fracassaram no intuito de esmagar o grupo xiita rival, assim como precipitaram a saída de suas tropas do sul do Líbano em março de 2000²⁹ (MEIHY, 2016, p. 76).

Da mesma forma, a Síria, continuava a controlar o restante do território libanês e a interferir fortemente no jogo político do país. Todavia, diversos fatores atuaram para o fim de intervenção síria no território libanês: a pressão conjunta criada pela intervenção diplomática dos Estados Unidos, da França e de ONU e as consequências do assassinato do então primeiro-ministro Rafiq Hariri em fevereiro de 2005 criaram uma onda de manifestações em que diversos grupos políticos libaneses se juntaram pedindo a retirada das tropas sírias. Sendo assim, as manifestações que sucederam a morte de Hariri ficaram conhecidas como a Revolução dos Cedros, tiveram como resultado a saída do exército sírio em abril de 2006 e a perspectiva de um novo tempo no jogo político libanês (MEIHY, 2016, p. 77).

A partir desse contexto, duas principais coalizões políticas e rivais se firmaram nas últimas décadas: a “Aliança 14 de Março”, liderada pelo partido sunita Movimento do Futuro, que é formada em sua maioria de partidos pró-Occidente, nacionalistas e contrárias ao atual governo sírio; e a “Aliança 8 de Março”, liderada pelo grupo xiita Hezbollah, anti-Israel e pró-regime de Bashar al-Assad, e pelo Movimento Amal, ao qual o atual presidente cristão maronita, o General Michel Aoun, se filiou.

Nos últimos anos vem se tentando, a duras penas, consolidar a democracia libanesa, ainda que os grupos políticos libaneses que se revezam no poder tenham sido incapazes de garantir a estabilidade da autoridade no país, sendo marcados por uma série de crises

²⁸ Formado em 1982, o Hezbollah é um grupo político libanês xiita que foi fundado em resposta a invasão do Líbano por Israel. Organização com múltiplas facetas, é vista como um movimento islâmico, um partido político (desde 2005), um grupo de resistência armada ou mesmo uma organização terrorista. Apoiada pelo Irã desde a sua constituição, possui grande popularidade no sul do Líbano, onde a maior parte de sua população é povoada por xiitas e que historicamente são excluídos socialmente. Possui uma forte influência na segurança do Estado libanês e na política regional do Oriente Médio.

²⁹ Embora o exército israelense tenha saído dessa região, uma parte do território libanês na tríplice fronteira entre Líbano, Síria e Israel, continua sob a ocupação militar israelense. Chamadas de “Fazendas de Shebaa”, são um ponto estratégico entre os três países e a continuidade do domínio israelense nesta área deixa a retirada do exército no ano 2000 incompleta.

políticas em que a administração é disfuncional e seus dirigentes não se mantêm no poder de forma regular (SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 800).

A eleição do cristão maronita Michel Aoun em outubro de 2016 para a Presidência do Líbano, simbolizou a formação de um governo de acordo nacional em dezembro do mesmo ano, liderado pelo primeiro ministro sunita Saad Hariri, provindo de uma família ligada ao governo da Arábia Saudita. Entretanto, o agravamento da crise síria, o aprofundamento das diferenças religiosas e econômicas e a guerra de procuração entre o Irã e a Arábia Saudita lançaram mais uma vez o Líbano em uma nova crise política (SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 791-792).

Em 4 de novembro de 2017, o primeiro-ministro Saad Hariri, em um comunicado televisivo, surpreendeu todo o povo libanês, inclusive os seus aliados, renunciando ao cargo em Riad, Arábia Saudita, sob a justificativa de que estava sendo marcado para ser assassinado por seus opositores xiitas, assim como ocorreu com o seu pai Rafiq Hariri em 2005. Hariri ainda distribuiu acusações contra o Irã e o seu “sócio libanês” Hezbollah, denunciando a completa interferência iraniana em assuntos árabes e atacando a ingerência da facção política xiita no conflito sírio, desestabilizando o Líbano e a região no Oriente Médio (SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 801).

A renúncia de Hariri lançou o Estado libanês em nova fase de instabilidade e as respostas à nova crise política não demoraram a tardar. O Irã condenou de forma veemente as declarações do ex-primeiro-ministro, afirmando que sua renúncia era uma conspiração dos EUA, Israel e Arábia Saudita para aumentar as tensões no Oriente Médio. O Exército Libanês afirmou que, pelas suas investigações, não havia nenhum plano de assassinato de autoridades públicas no país (VEEN, UZELAC, 2017, p. 06).

Em 6 de novembro de 2017, a Arábia Saudita afirmou que o Líbano declarou guerra entre os dois estados, embora as autoridades libanesas negassem tal atitude. No dia 9 do mesmo mês, o governo de Riad, do Bahrein, do Kuwait e os Emirados Árabes Unidos pediram aos seus cidadãos que deixassem o Líbano. O presidente do Líbano, Michel Aoun e diversas outras autoridades libanesas consideraram que Hariri foi detido pelo governo saudita, pois, após 12 dias de renúncia, o ex-primeiro-ministro se encontrava em terras sauditas (VEEN, UZELAC, 2017, p. 07).

Assim, tentou-se compreender os bastidores da renúncia: ao ser enviado para uma missão na Arábia Saudita, Hariri foi cercado por forças policiais e teve seu celular e guarda-costas confiscados. Para grupos xiitas como o Hezbollah, tal atitude simbolizava

uma forma do príncipe herdeiro saudita Mohammad bin Salman de conter a influência do Irã na região e declarar guerra ao próprio Hezbollah. A partir de então, aliados do ex-primeiro-ministro, conjuntamente com outras forças políticas libanesas, demonstraram sua preocupação com a limitação da liberdade de Hariri pelo governo saudita, e as autoridades libanesas solicitaram o seu retorno (VEEN, UZELAC, 2017, p. 08).

Ainda no mesmo mês, Hariri partiu para a França, onde se encontrou com o presidente Emmanuel Macron, o qual convidou ele e sua família para permanecer no país. Todavia, em 21 de novembro, Saad Hariri retornou a Beirute, anunciando que ele havia suspenso a sua renúncia e que não iria comentar os episódios relacionados. Por último, no dia 5 de dezembro de 2017, o primeiro-ministro reassume seu cargo, enfatizando em seu discurso a neutralidade do Líbano nos conflitos regionais do Oriente Médio (VEEN, UZELAC, 2017, p. 09).

Portanto, a crise política no Líbano marcada pela surpreendente renúncia de Saad Hariri e sua posterior retirada simboliza mais um capítulo da guerra de procuração envolvendo o Irã e a Arábia Saudita. Frise-se que o governo saudita considera a ampliação da influência iraniana via atuação do Hezbollah como mais uma ameaça a seus interesses políticos na região Síria-Líbano. Tal cenário lança ainda mais incertezas sobre a possibilidade de consolidação da estabilidade do Estado libanês.

4.2.6. *A Guerra no Iraque*

A atual República do Iraque, comumente chamado de Iraque, tornou-se independente em 1 de outubro de 1919, do Império Otomano e em 3 de outubro de 1932, do Reino Unido. Com capital em Bagdá, as línguas oficiais desse país são o árabe e o curdo. Além disso, é um país de maioria muçulmana, com predominância xiita, com uma pequena parcela correspondente aos não muçulmanos (OLIVEIRA, 2014, p. 39-40).

Desde o início, a história desse país é marcada por conflitos internos que o levaram a guerras com outras regiões. Para entender o presente panorama, é necessário entender que a República iraquiana só surgiu em 14 de julho de 1958, quando Abd el-Karim Qasem e Abd el-Salam Aref deram um golpe militar de Estado. Isso marcou o fim da monarquia hachemita³⁰ do rei Faisal II. Os dez anos seguintes foram marcados por divisões políticas

³⁰ Os hachemitas foram originalmente um clã de Banu Hashim. Eles deram origem a uma dinastia de líderes na região arábica do Hajaz, na costa do mar Vermelho. Atualmente, eles estão dispersos por muitos países islâmicos ou com importantes minorias muçulmanas.

entre comunistas, nasseristas e baathistas, até que em 1968, Ahmad Hasan al-Bakr conseguiu levar ao poder o partido Ba'ath, que é o Partido Socialista da Ressurreição Árabe de origem sunita (EBRAICO, 2005, p. 54).

Esse cenário permaneceu até 1979, quando foram convocadas as primeiras eleições, visto que o então presidente Ahmad Hasan al-Bakr estava doente e desejava preparar seu vice, que na época era Saddam Hussein, para que ele assumisse o cargo. Este precisava garantir sua liderança frente alguns setores do partido Ba'ath e por isso pregava que seu principal objetivo era reprimir diversos movimentos, entre eles os xiitas e curdos, os quais representavam uma ameaça ao governo. Dessa maneira, Hussein conseguiu chegar ao poder e se tornou um ditador do período que vai de 1979 a 2003 (EBRAICO, 2005, p. 55).

Uma vez que a população, de maioria xiita, era governada por uma minoria sunita, o Irã, por meio do aiatolá Khomeini, tentou uma aproximação com essa parte não representada, mediante o iraquiano aiatolá Mohammed Baqr al Sadr. Essa atitude foi vista como uma tentativa de intervir nos assuntos internos do Iraque, não agradando seus governantes e prejudicando a relação entre esses Estados. Saddam Hussein apontou isso como uma das justificativas para atacar seu vizinho, que segundo ele estava tentando exportar os ideais de uma revolução islâmica (MORAES, 2015, p. 61).

Com esse objetivo a cumprir, em junho de 1979, o Iraque, ao tentar conter os curdos que estavam nas fronteiras, acabou invadindo o território iraniano, fazendo com que ambos regimes começassem a trocar acusações. Em março de 1980, o governo iraquiano revogou o acordo de Argel, de 1975, o qual cedia ao Irã um território que tinha o domínio do Canal de Shatt-al-Arab. Além disso, o Iraque visava anexar o Khuzistão, que é a província iraniana mais rica em petróleo. Diante desse contexto, em abril do mesmo ano, o Irã retirou seus diplomatas do Iraque e ambos os países deixaram suas forças armadas em alerta (MORAES, 2015, p. 62; DELLAGNEZZE, 2012, p. 13).

Em setembro de 1980, a guerra teve seu início, quando aviões iraquianos atacaram alvos dentro da fronteira iraniana. O Iraque, que recebeu apoio financeiro da Arábia Saudita e dos Estados Unidos da América, dominou a guerra até 1982, quando o Irã, que recebeu apoio da Síria, da Líbia, da Coreia do Norte e da China, conseguiu retomar uma parte do território que havia perdido, em 1983 (MORAES, 2015, p. 62-64).

Após quase uma década, a guerra só teve fim quando o Conselho de Segurança da ONU, em 1988, conseguiu ser o mediador do cessar-fogo. Ambos os países ficaram abalados economicamente: não houve um vencedor e o ímpeto revolucionário do Irã foi

diminuído³¹. Foi somente em setembro de 1990 que as relações diplomáticas foram restabelecidas (DELLAGNEZZE, 2012, p. 14-15).

Ao final dessa guerra, o Iraque tinha dívidas com vários países, entre eles o Kuwait, com um débito de 10 bilhões de dólares. Após a sua recusa em perdoar a dívida, o Iraque decidiu invadi-lo em agosto de 1990, dando início ao que ficou conhecida como Guerra do Golfo. Somado a isso, Hussein aspirava em se tornar líder árabe, anexar mais regiões ricas em reservas petrolíferas e evitar uma crise política e econômica interna. Ele acreditava que não haveria uma repressão mundial, visto que tinha o apoio de diversos países ocidentais e árabes e um de seus principais aliados, os Estados Unidos, não tinham uma boa relação com o governo do território que pretendia invadir (MORAES, 2015, p. 65-66; BERTONHA, 1996, p. 119).

As expectativas, no entanto, não foram concretizadas, haja vista o apoio ao Iraque ter diminuído e muitos governos criticaram essa pretensão em iniciar outra guerra. Diante disso, em novembro de 1990, o Conselho de Segurança da ONU estipulou que as tropas iraquianas tinham até 15 de janeiro do ano seguinte para se retirar. Com a recusa em obedecer, uma coalizão de mais de trinta países enviou seus exércitos, que ficaram próximos das fronteiras dos países. Ao final do prazo, o Iraque não havia deixado a região, o que levou a uma série de bombardeios sobre os dois territórios (MORAES, 2015, p. 67).

O ditador chegou a convocar os muçulmanos para lutar, o que iria causar uma crise no valor do petróleo, mas isso acabou por não acontecer. Após cerca de 1 milhão de toneladas de bombas sobre o Iraque, Hussein decidiu retirar as tropas e o fim foi anunciado em 24 de fevereiro de 1991. Mesmo após o insucesso dessa tentativa de ocupação, Saddam Hussein continuou no poder. Agora, seus antigos aliados estavam ensejando um embargo e rompendo laços diplomáticos, o que enfraqueceu ainda mais a economia do Iraque (MORAES, 2015, p. 67; BERTONHA, 1996, p. 124).

As tensões no país foram novamente elevadas em 20 de março de 2003, quando os Estados Unidos invadiram o país sob o pretexto de que ele estava produzindo armas de destruição em massa (nucleares, químicas e/ou biológicas)³². Outra explicação foi para

³¹ Como visto anteriormente, em 1989, o aiatolá Khomeini morreu e o governo iraniano passou a adotar posições mais moderadas.

³² Em um relatório publicado pela CIA, em outubro de 2004, um o grupo de inspetores do chamado CIA's Iraq Survey Group (ISG) não encontrou nenhuma evidência de armas do tipo no território iraquiano.

retirar do poder Saddam Hussein³³, uma vez que ele teria ligações com grupos terroristas que os Estados Unidos estavam lutando para aniquilar³⁴. Essa primeira etapa durou apenas 21 dias, período em que as principais operações de combate ocorreram. Contudo, o conflito acabou se desenrolando por oito anos, no que ficou conhecido como Guerra do Iraque ou Operação Liberdade do Iraque (OLIVEIRA, 2014, p. 43-45).

Após esse primeiro momento de sucesso, o governo americano procurou instalar um regime democrático, pois acreditava que isso levaria à neutralização e estabilização do Iraque, além de que iria influenciar os demais países do Golfo. Assim, foi nomeada uma autoridade interina ao país, o *Iraqi Governing Council*³⁵ (IGC), em julho de 2003, o qual era composto por 25 representantes de seis partidos políticos, a maioria deles xiitas que estavam exilados durante o governo anterior (OLIVEIRA, 2014, p. 45).

As primeiras eleições posteriores a esse período foram em 2005, quando o xiita Ibrahim al-Jaafari foi eleito para Primeiro Ministro, sendo substituído um ano depois por Nouri al-Maliki, também xiita. Isso quase levou a uma grande guerra civil com os sunitas, os quais tinham medo de sofrer repressões devido ao antigo regime, ao passo que os xiitas também temiam sofrer por causa dos sunitas. Diante disso, surgiram grupos de insurgência, como a Al-Qaeda, fazendo os Estados Unidos iniciarem uma estratégia chamada *The Surge*³⁶, a qual diminuiu a violência provocada por esses grupos (MORAES, 2015, p. 71-72).

Com o equilíbrio do conflito, foi assinado um acordo bilateral prevendo que as tropas americanas seriam retiradas do solo iraquiano até o final de dezembro de 2011. No entanto, após a saída das tropas norte-americanas, a violência no país voltou a crescer, uma vez que começaram os ataques civis por parte dos grupos supostamente pacificados, gerando tensões entre xiitas e sunitas, muçulmanos e cristãos, curdos e árabes, o que causou uma guerra civil. Com a instabilidade política e a falta de preparo por parte da segurança, esses combates fizeram várias vítimas (OLIVEIRA, 2014, p. 51-53).

As primeiras eleições parlamentares após a retirada das tropas somente se realizaram em abril de 2014. Atualmente, o governo é uma República Parlamentarista,

³³ Foi capturado em 13 de dezembro de 2003 e teve seu julgamento comandado pelo governo iraquiano. Em 5 de novembro de 2005, ele foi condenado pelo assassinato de 148 xiitas iraquianos em 1982. Sua execução por enforcamento foi realizada em 30 de dezembro de 2006.

³⁴ Após os atentados de 09 de setembro de 2001, o presidente norte-americano George W. Bush lançou uma campanha internacional contra o terrorismo, segundo a concepção ocidental.

³⁵ Tradução livre: Conselho de Governo iraquiano

³⁶ Foram enviados 20 mil soldados para reforçar a segurança em Bagdá.

sendo Fuad Masum seu presidente e Haider al-Abadi o primeiro-ministro Depois de anos de conflitos sangrentos, o governo anunciou em dezembro de 2017 que saiu vitorioso na luta contra o Estado Islâmico, afirmando ter expulsado seus militantes do território do país (The New York Times, 2017), atitude considerada pelos governantes como uma melhora no sistema de segurança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Oriente Médio sempre foi um território desconhecido para o Ocidente. Muito se estigmatizou a respeito de suas formações e costumes, chegando a grande maioria das pessoas como um lugar exótico, misterioso, transcendente, haja vista os contos de fadas e fábulas que tivemos acesso na infância.

Além disso, o atentado terrorista emblemático de 11 de setembro de 2001 gerou, no mundo ocidental, uma impressão mais incisiva e duradoura do que é o mundo árabe: terrorismo e fundamentalismo islâmico. Nesse sentido, a mídia tratou de formar, no conceito de mundo árabe, um antagonismo, uma separação entre a humanidade ocidental e a humanidade árabe, de tal modo que a utilização de termos como “mundo árabe” e “mundo ocidental” se tornou cada vez mais frequente, na medida em que os aparta como dois universos diferentes. A perspectiva de que o homem muçulmano, logo terrorista, logo fundamentalista religioso, logo atrasado politicamente, é o inimigo do Ocidente, ainda é amplamente difundida e só dificulta a aproximação entre esses dois mundos.

Fato é que a partir da Primavera Árabe, de 2011, esse quadro começou a mudar. O desejo de autodeterminação do povo árabe, em que pese os planos europeus e os líderes locais impostos, como os conflitos étnico-religiosos da região, trouxeram à pauta ocidental o que os países árabes enfrentam.

Nesse sentido, partindo da premissa de que todos os Estados e suas relações internacionais têm certo grau de relevância para toda a comunidade internacional, e existindo por parte da academia a necessidade de compreender, pesquisar e cooperar para com a paz, a segurança e a economia internacional, faz-se primordial a quebra de estigmas. É essencial a diminuição do abismo que se criou entre a realidade ocidental e a realidade árabe, utilizando-nos das ferramentas que dispomos: a pesquisa, a dialética e o interesse em entender a realidade, ultrapassando rótulos como “ocidental” ou “árabe”.

A região do Oriente Médio ao longo dos anos foi se tornando um dos territórios mais complexos para possíveis resoluções no âmbito internacional devido à lacuna democrática existente em grande parte dos países árabes e ainda a inúmeros conflitos civis que só se intensificam devido a interesses políticos e religiosos. É importante ressaltar que, além de persistir o conflito Palestina-Israel, novos focos de tensão surgiram nos últimos anos e se apresentam com incrível capacidade para desestabilizar ainda mais essa complicada zona.

Podemos observar o que ocorre, por exemplo, nos governos do Iraque e da Síria, que, na prática, não conseguem ter o controle de seus territórios, por causa dos grupos extremistas que estão ganhando espaço nesses países e da existência de interesses antagônicos a nível regional. Grande parte deste resultado atual se deve ao surgimento do fenômeno do Estado Islâmico, considerado pelas organizações internacionais como um grupo poderoso que assumiu uma perspectiva ultraradical e que consegue atrair jovens de várias partes do mundo para participar de uma guerra temerária. O chamado Califado, proclamado pelo Estado Islâmico, governa partes importantes do Iraque e da Síria e suas ações influenciam outros conflitos, como ocorre na Líbia.

Devido ainda às falhas excessivas no tocante à efetividade de tratados na região árabe, podemos citar o caso do Tratado de Defesa e Cooperação Conjunta e até mesmo a Carta Árabe de Direitos Humanos, que foi considerada um grande marco e avanço para a comunidade internacional em proteção aos direitos humanos, está sendo cada vez mais deixada de lado por interesses políticos de cada governo.

Por isso se faz de fundamental importância que os delegados e delegadas que estarão dentro da Liga dos Estados Árabes busquem meios de dialogar com o objetivo primordial de cessar possíveis novos conflitos e apaziguar a população árabe, uma vez que, são os que mais sofrem nestas guerras que não parecem ter fim.

Isto posto, enquanto delegação da Liga dos Estados Árabes, pergunte-se: “O que meu país pode fazer pela realidade do bloco?”, ou então “qual o dever do país que represento, em relação aos tratados que firmou?”. “O que fazer para evitar novos conflitos?”, “Como intervir na segurança dos países árabes em guerra?”, “como cooperar de modo a melhorar a realidade do povo árabe?”, ou até mesmo “qual a influência dos países não-árabes nos nossos conflitos?”.

Essas são perguntas que você, senhor(a) delegado(a), responderá.

6. REFERÊNCIAS

ABOU-ALSAMH, Rasheed. **O centenário do grande levante árabe:** Era típico do Império Britânico enganar os árabes usando o dinheiro, falsas promessas e manipulação. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/o-centenario-do-grande-levante-arabe-19477213>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ADGHIRNI, Samy. **Os Iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

ALTORAIFI, Adel. **Understanding the role of state identity in foreign policy decisionmaking: the rise and demise of Saudi-Iranian rapprochement (1997-2009)**. Londres: LSE, 2012. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/683/1/Altoraifi_Understanding_role_state.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

ANSARY, F. Abdullah. **Combating Extremism: A Brief Overview of Saudi Arabia's Approach**. In. Journal Essay: Verão 2008, Vol. XV, Núm. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.mepc.org/combating-extremism-brief-overview-saudi-arabias-approach>>. Acesso em 29.mar. 2018.

ARAB CHARTER ON HUMAN RIGHTS. Minnesota: **Human Rights Library**. University of Minnesota, 2012.

ARANTES, José Tadeu. **Oriente Médio:** a cronologia de um conflito. 2012. Disponível em: <<https://josetadeuarantes.wordpress.com/2012/04/11/oriente-medio-a-cronologia-de-um-conflito/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ARAUJO, Luiz Antônio. PERSPECTIVAS SOBRE O ORIENTE MÉDIO. **Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.55-59, 01 jun. 2015. Semestral. Disponível em: <<http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/viewFile/55/44>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Israel versus Irã: Apocalipse now! **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 131, n. 00, p.198-215, abr. 2012. Mensal. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/16701/9004>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BARAKAT, Safwan. **La Liga Árabe**. Santiago, Chile: Universidad de Chile - Facultad de Derecho, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.uchile.cl/handle/2250/106732>>. Acesso em 02 de mar. 2018.

BBC. **Quem luta contra quem na Síria**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151002_siria_xadrez_fd>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BERTONHA, João Fábio. TEMAS DE POLÍTICA INTERNACIONAL PARA HISTORIADORES: A CRISE DO GOLFO PÉRSICO EM 1991. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 00, p.113-128, maio 1996. Semestral. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12773/11102>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CASTRO, Elcineia Silva de. **Arábia Saudita e a Liga dos Estados Árabes: Uma Análise sobre a Relação ente as Ações de Combate ao Terrorismo, Elaboradas pelo Governo Saudita e as Propostas pela Organização.** 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40915/R%20-%20D%20-%20ELCINEIA%20SILVA%20DE%20CASTRO.pdf>>. Acesso em 05.mar.2018.

CERIOLO, Luíza Gimenez. **A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da teoria dos papéis após a Primavera Árabe: os casos do Bahrain e do Iêmen.** 2016. 112 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22628/1/2016_LuízaGimenezCerioli.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

DELLAGNEZZE, René. **O Irã e suas relações internacionais no mundo globalizado.** Disponível em: <<http://ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/ISRI.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 428 p.

DOUMAR; George R.A; PATEL, Raj; SMITH; Michael J. Legal Analysis of the Demands Presented to Qatar. In: **Crisis in the Gulf Cooperation Council.** Washington: Arab Center Washington DC, 2017. p.35-42. Disponível em: <<https://www.dohainstitute.org/en/Lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Crisis%20in%20the%20Gulf%20Cooperation%20Council%20-%20booklet%20by%20ACW.pdf>>. Acesso em 18.mar.2018.

DUARTE, Felipe Pathé. Jihadismo Global: A (In)Coerência de uma Estratégia de Subversão?. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 5, n. 128, p.215-243, nov. 2011. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4751/1/NeD128_FelipePatheDuarte.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

DURAC, Vincent. Yemen's Arab Spring – Democratic Opening or Regime Maintenance. Disponível em: < <https://brismes2012.files.wordpress.com/2012/02/vincent-durac-yemens-arab-spring.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

EBC – Agência Brasil. **Catar assina acordo com Omã em meio à crise com países vizinhos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-01/catar-assina-acordo-com-oma-em-meio-crise-com-paises-vizinhos>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

EBRAICO, Paula Rubea Bretanha Mendonça. **As opções de geopolítica americana: o caso do Golfo Pérsico.** 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8064/8064_4.PDF>. Acesso em: 13 mar. 2018.

EDUCALING. Pan-Arabismo [on-line]. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/pan-arabismo>>. Mar .2018.

EHTESHAMI, Anoush; MOHAMMADI, Ariabarzan. Saudi Arabia's and Qatar's Discourses and Practices in the Mediterranean. In: **Medreset**, Roma, n. 6, jun.2017.

Disponível em: <http://www.medreset.eu/wp-content/uploads/2017/06/medreset_wp_6.pdf>. Acesso em 11.mar.2018.

EMBAIXADA da República Islâmica do Irã em Brasília. **Constituição da República Islâmica do Irã.** Disponível em: <<http://pt.brasilia.mfa.ir/index.aspx?fkeyid=&siteid=424&pageid=28469>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

EL PAÍS. **Arábia Saudita anuncia ruptura de relações diplomáticas com o Irã.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/03/internacional/1451806862_226249.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954 - 2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.63-97, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a03v29n1.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FERNANDES, Cláudio. **Império Otomano.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/imperio-otomano.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FRANCO, Raquel Trabazo Carballal. **O Redimensionamento da Arábia Saudita como centro de poder no Oriente Médio e seus reflexos nas relações com o Irã.** 2012. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3800/1/2012_RaquelTrabazoCarballalFranco.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

G1. **Irã e Iraque assinam acordo para aumentar a cooperação militar.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/ira-e-iraque-assinam-acordo-para-aumentar-cooperacao-militar.ghtml>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel.** 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente_Ibyte/Downloads/TeseAuraGomes.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GOMES, Eduardo Teixeira. **A revolução iraniana na perspectiva de Khomeini: representações e paradigmas de um governo islâmico xiita (1979 - 1989).** 2007. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Política, História Social de Ciências Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.ibeipr.com.br/conteudo/academicos/revolucao.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

HAJJAR, Babel. **Para ler a guerra na Síria:** a construção do consenso na cobertura da mídia global. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-20122016-213406/en.php>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

HARB, Imad. Why Qatar? Explaining Contentious Issues. In: **Crisis in the Gulf Cooperation Council**. Washington: Arab Center Washington DC, 2017. p.13-18. Disponível em: <<https://www.dohainstitute.org/en/Lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Crisis%20in%20the%20Gulf%20Cooperation%20Council%20-%20booklet%20by%20ACW.pdf>>. Acesso em 18.mar.2018.

HILL, Ginny; NONNEMAN, Gerd. Yemen, Saudi Arabia and the Gulf States: Elite Politics, Street, Protests and Regional Diplomacy. **Middle East and North Africa Programme**. [S.l.]: Chatham House, 2011. Disponível em:< https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Middle%20East/0511yemen_gulfbp.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

IZERROUGENE, Bouzid. O Extremismo Islâmico: Sua Pujança e Suas Debilidades. **Malala**, São Paulo, v. 5, n. 7, p.18-49, abr. 2017.

JAHER, Ariel. Saudi Arabia and Iran: the struggle for power and influence in the Gulf. **International Affairs Review**, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em:< <http://www.iar-gwu.org/sites/default/files/articlepdfs/Saudi%20Arabia%20and%20Iran.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

KASSIR, S. **Being Arab**. London: Verso, 2006

KHARROUB, Tamara. The GCC Crisis: Media, Hacks, and the Emergence of “Cyber Power”. In: **Crisis in the Gulf Cooperation Council**. Washington: Arab Center Washington DC, 2017. p.49-58. Disponível em: <<https://www.dohainstitute.org/en/Lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Crisis%20in%20the%20Gulf%20Cooperation%20Council%20-%20booklet%20by%20ACW.pdf>>. Acesso em 18.mar.2018.

LAPIDUS, I. M. **A history of islamic societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LEONARDI, Carla. **Qual a diferença entre sultão, emir, xeique e xá?** 2016. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/cultura/qual-a-diferenca-entre-sultao-emir-xeique-e-xa/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

ME Explica?. **Entenda o conflito entre Irã e Arábia Saudita**. Disponível em:< <http://meexplica.com/2016/01/entenda-o-conflito-entre-arabia-saudita-e-ira/>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

MEIHY, Murilo. **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, Patrícia Campos. **Lua de mel em Kobane**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 194 p.

MOHAMMED, Yasmin. **O Nacionalismo Árabe e o Partido Baath**: Uma Análise da Política Externa da Síria da Ascensão de Hafez al-Assad (1970 - 2000) à Presidência de Bashar al-Assad (2000 - 2010). 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MORAES, Elize Carpes de. **Irã x Arábia Saudita: as consequências da rivalidade no Oriente Médio**. 2015. 107 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais,

Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em:<http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/110936_Elize.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

OCHA. **Largest consolidated humanitarian appeal for Yemen to provide a lifeline to 13.1 million people**. Disponível em:<<http://www.unocha.org/story/largest-consolidated-humanitarian-appeal-yemen-provide-lifeline-131-million-people>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

OLIVEIRA, Adriana F. S. **As Convenções Islâmicas sobre direitos humanos e a tutela dos direitos fundamentais das mulheres muçulmanas**. São Paulo: LiberArs, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Ziebell de. A intervenção na Líbia: interesses ocidentais e o papel da Liga Árabe. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 3, p. 670-693, 2015. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/viewFile/3540/3894>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

OLIVEIRA, Thaís Soares. **A Exportação de Democracia e a qualidade do Novo Regime: um estudo de caso do Iraque**. 2014. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8423/1/2014_ThaisSoaresOliveira.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel; LIMA, Bruno Rocha. A política externa da Rússia diante da crise na Síria. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 11, n. 21, p.147-168, jul. 2015. Semestral.

PEIXINHO, Maria de Fátima Amaral Simões. **O Curdistão no Iraque, ensaio de uma nação: Contexto e Desafios**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2010. Disponível em:<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2292/3/DM_20744.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Primavera Árabe: A Primavera Árabe é o conjunto de protestos em sequência que eclodiu no mundo árabe a partir do final de 2010**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PHILIPP, Peter. **1924: Fim do califado na Turquia**. Disponível em:<<http://p.dw.com/p/1wwb>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RAPHAEL. **Guerra fria – o terceiro mundo – Oriente Médio**. 2010. Disponível em:<<https://geoemancipa.wordpress.com/2010/06/13/guerra-fria-o-terceiro-mundo-oriente-medio/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

REUTERS. **Qatar says World Cup on track despite boycott as supply lines fixed**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-davos-meeting-qatar/qatar-says>>

world-cup-on-track-despite-boycott-as-supply-lines-fixed-idUSKBN1FE0TH>. Acesso em 20.mar.2018.

RICCI, Carla. Primavera Árabe na Síria: A Correlação de Forças na Evolução das Revoltas Populares à Guerra Civil. **Gae-omam**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.23-40, jul. 2016.

RODRIGUES, Noeli. O Desafio da Segurança Internacional no Oriente Médio. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 4, n. 4, p.174-183, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/40060/24460>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 528 p.

SALAMEH, Zena. **A fragmentação como legado colonialista na Síria**. 2016. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Luísa Cláudia Faria dos. Os atuais impactos da Sharia. **Revista Jurídica Online**, São Paulo, v. 1, n. 7, p.1-8, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/revdir/article/view/648>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SCHIOCCHET, Leonardo. Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo: A Construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.37-82, ago. 2011.

SILVA, Márcio Magno de Farias Franco; OLIVEIRA, Jansen Coli Calil N. A. de. Perspectivas Políticas para o Líbano: A Conjuntura da Crise no Oriente Médio. In: **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 3, p. 785-811. set./dez. 2017. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/601>>. Acesso em 19.mar.2018.

SPOHR, Alexandre Piffero. Arábia Saudita: Sucessão Real e Intervenção no Iêmen. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 6, n. 29, p.13-28, abr./out. 2013.

STATES, League of Arab. **League history of the arab states**. Cairo: League of Arab States, 2018. p.01-18. Disponível em: <<http://www.lasportal.org/ar/aboutlas/Pages/HistoricalOverView.aspx>>. Acesso em 13.mar.2018.

_____. Resolution Document N° 628: Establishment of a joint Arab force for the maintenance of Arab national security. In: **Resolutions of the Arab League Summit of 2015**. Cairo, League of Arab States, 2015. p.148-150. Disponível em: <<http://www.lasportal.org/ar/summits/Documents/%D9%85%D8%AC%D9%84%D8%AF%20%D8%A7%D9%84%D9%82%D8%B1%D8%A7%D8%B1%D8%A7%D8%AA%20.pdf>>. Acesso em 10.mar.2018.

TESÓN, Nuria. **La Liga Árabe suspende a Síria y le impone sanciones**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2011/11/12/actualidad/1321109380_030047.html>. Acesso em 27 Mar. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Iraq Prime Minister declares victory over ISIS**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/09/world/middleeast/iraq-isis-haider-al-abadi.html>>. Acesso em 15 mar. 2018.

ULRICHSEN, Kristian Coates: Fire and Fury in the Gulf. In: **IndraStra Global**, New York v.4, n. 2, fev/2018. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/55716/ssoar-indraglobal-2018-2-ulrichsen-Fire_and_Fury_in_the.pdf?sequence=1>. Acesso em 14.mar.2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF THE HUMANITARIAN AFFAIRS. **Largest consolidated humanitária appeal for Yemen to provide a lifeline to 13.1 million people**. Disponível em: <<http://www.unocha.org/story/largest-consolidated-humanitarian-appeal-yemen-provide-lifeline-131-million-people>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

UNIT, Policy Analysis; STUDIES, Arab Center for Research and Policy. The Crisis in Gulf Relations: Old Rivalries, New Ambitions. In: **Crisis in the Gulf Cooperation Council**. Washington: Arab Center Washington DC, 2017. Disponível em: <<https://www.dohainstitute.org/en/Lists/ACRPS-PDFDocumentLibrary/Crisis%20in%20the%20Gulf%20Cooperation%20Council%20-%20booklet%20by%20ACW.pdf>>. p.07-13. Acesso em 18.mar.2018.

UOL. **Iêmen enfrenta condições ‘catastróficas’, segundo ONU**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/02/27/iemen-enfrenta-condicoes-catastroficas-segundo-onu.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

VAZ, Ângela Omati Aguiar. Procurando entender o Oriente Médio. **Revista Don Domênico**, Guarujá, p.1-12, jun. 2016. Disponível em: <http://www.faculdadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos8edicao/10ed8.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

VEEN, Erwin van; UZELAC, Ana. Adrift on choppy seas: Is regional turmoil likely to result in conflict in Lebanon?. In: **CRU Policy Brief**: Netherlands, dez/2017. p.01-13. Disponível em: <https://www.clingendael.org/sites/default/files/2017-12/PB_Regional_crisis_and_risk_of_violence_Lebanon.pdf>. Acesso em 21.mar.2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciência & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 57-79, 2012. Disponível em: <https://geovest.files.wordpress.com/2013/09/o-verc3a3o-c3a1rabe.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes; ROBERTO, William Moraes. As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no Eixo de Resistência. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 1, p. 71-91, 2015. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3658/3573>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

WACHHOLTZ, Matias Ferreyra. **Autonomia e integração em defesa no Golfo Árabe: a força combinada “escudo da península” e a projeção de uma “OTAN árabe”**. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499740908_ARQUIVO_AutonomiaeIntegracaoemDefesanoGolfoarabico.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ZAHREDDINE, Danny. A crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n.º. 20, p. 6-23, out./nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/download/43387/27333>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. A ordem regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados do 11 de Setembro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n.º. 53, p. 71-98, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782015000100071&script=sci_abstract>. Acesso em: 28 mar. 2018.